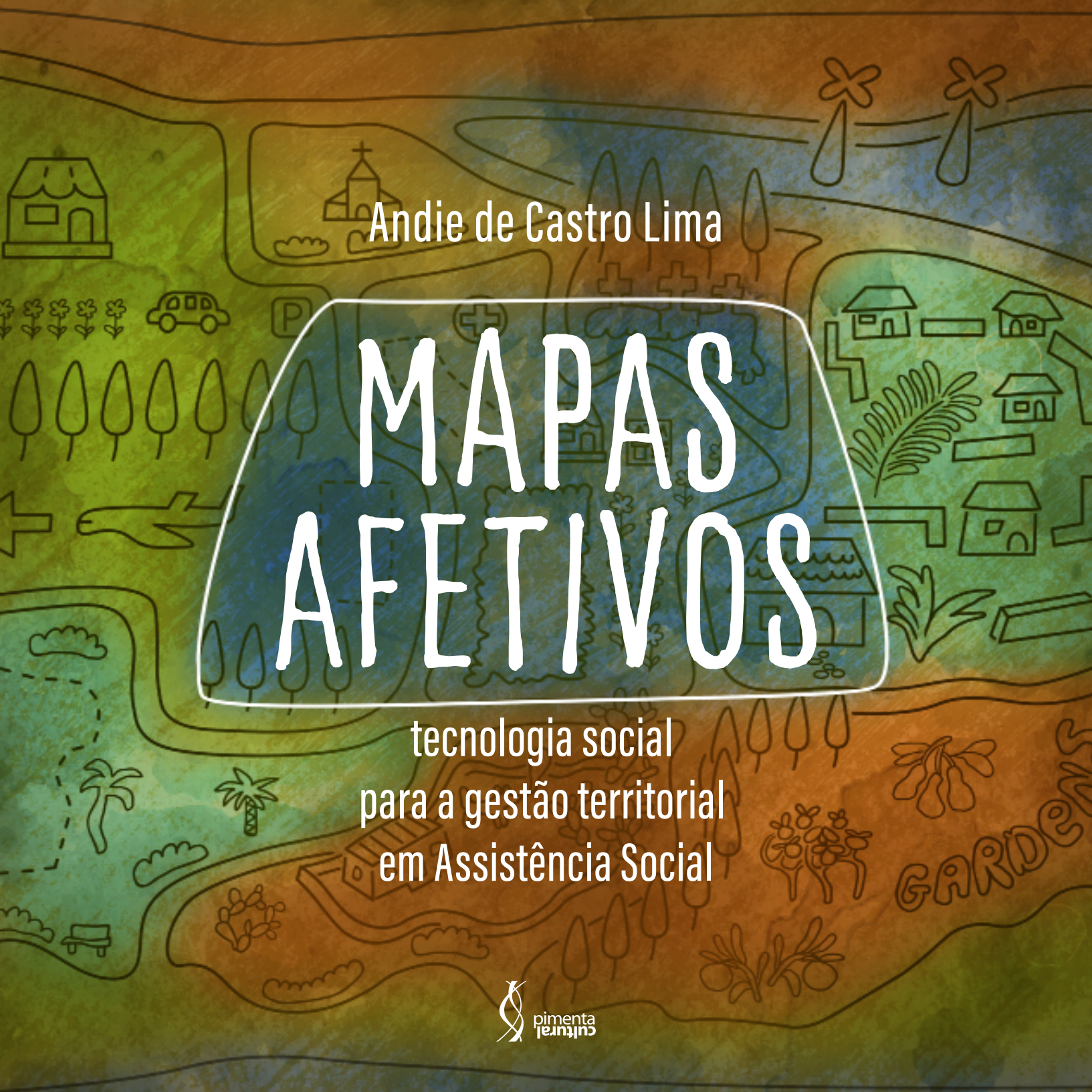
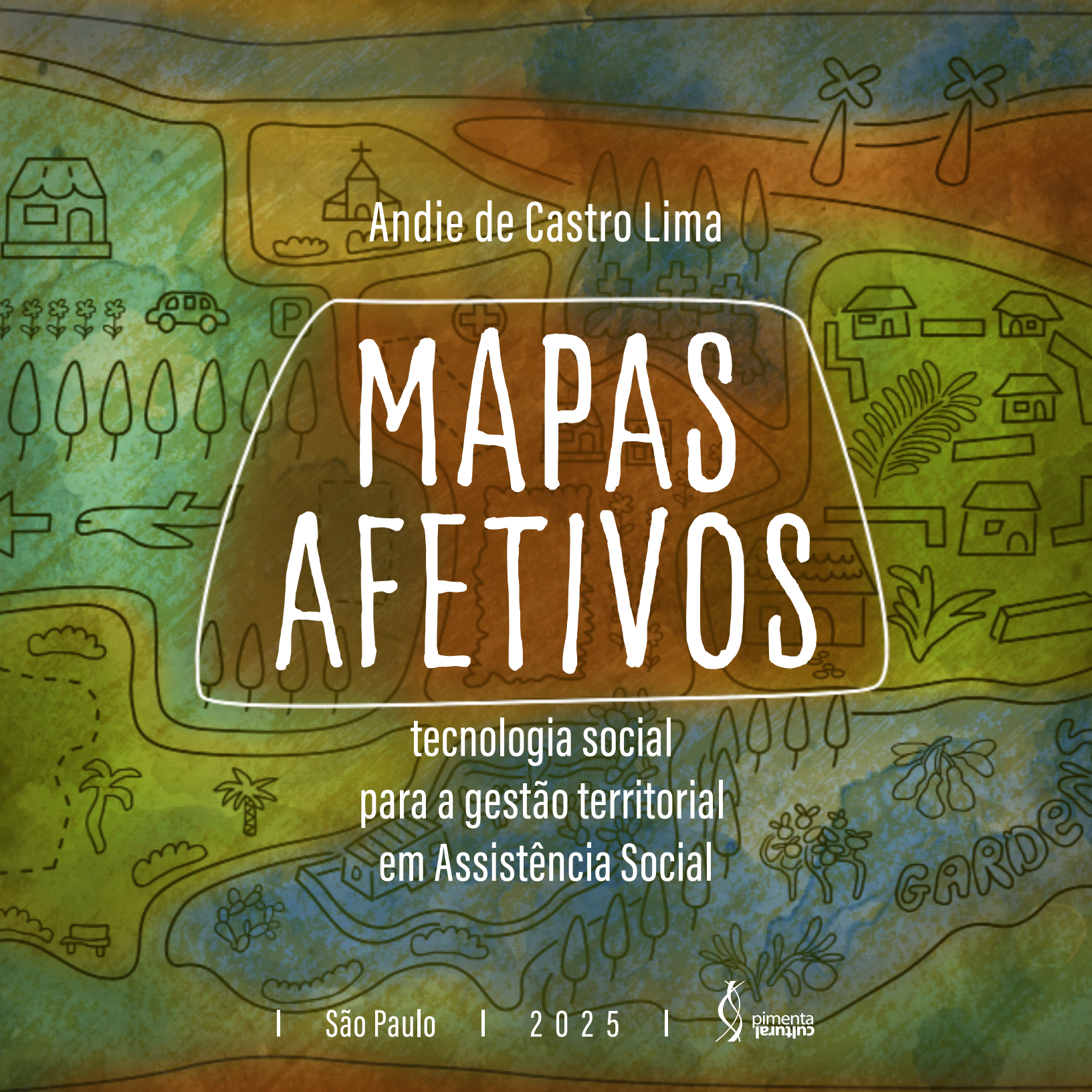




Andie de Castro Lima

MAPAS AFETIVOS

tecnologia social
para a gestão territorial
em Assistência Social



Andie de Castro Lima

MAPAS AFETIVOS

tecnologia social
para a gestão territorial
em Assistência Social

| São Paulo | 2025 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L732m

Lima, Andie de Castro -
Mapas afetivos: tecnologia social para a gestão
territorial em Assistência Social / Andie de Castro Lima.
– São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-336-3

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-336-3

1. Assistência Social. 2. Território. 3. Psicologia
Ambiental. 4. Políticas Públicas. 5. Psicologia Social. I. Lima,
Andie de Castro. II. Título.

CDD: 360

Índice para catálogo sistemático:

I. Assistência Social

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 a autora.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	balasoiu, aopsan, iceang, vector_corp - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Goodlife Sans
Revisão	A autora
Autora	Andie de Castro Lima

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Agradecimentos	10
-----------------------------	-----------

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Prefácio: como se formam profissionais de Psicologia no SUAS?	11
--	-----------

Apresentação	16
---------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Uma breve introdução	25
-----------------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

A Política de Assistência Social e sua inserção territorial: marcos teóricos e legais	28
--	-----------

Construção e afirmação da Política Nacional de Assistência Social	29
---	----

Possibilidades de leitura do território a partir da investigação da relação pessoa-ambiente	33
---	----

Afetividade e território	37
--------------------------------	----

CAPÍTULO 3

Caminhos para conhecer o território: percursos metodológicos	44
---	-----------

Natureza do estudo	45
--------------------------	----

Caracterização do campo da pesquisa	46
--	----

Critérios de seleção dos participantes	55
Instrumento de coleta de dados	57
Procedimentos da coleta de dados.....	59
Observância aos aspectos éticos e legais de pesquisa.....	65
Procedimentos de análise dos dados	65

CAPÍTULO 4

Uma leitura do território a partir dos mapas afetivos.....	69
Caracterização da amostra.....	70
Aspectos do Índice de Estima de Lugar.....	76
Mapas afetivos e suas imagens	82

CAPÍTULO 5

Apontamentos sobre novas tecnologias de territorialização na Política de Assistência Social	92
--	-----------

CAPÍTULO 6

Considerações finais.....	95
Referências.....	98

Nara Maria Forte Diogo Rocha

Posfácio: Mapas para um futuro com mais sentido: por uma Assistência Social vinculada ao território.....	102
Sobre a autora	106

AGRADECIMENTOS

À Professora Zulmira Bomfim, por ter orientado a realização do estudo que deu origem a este livro, investindo nele tempo, confiança e atenção. Muito obrigada por estar guiando meus trabalhos desde 2016 e por acreditar que eles podem dar certo!

Ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) – representado por seus estudantes de graduação e de pós-graduação, suas docentes e seus colaboradores externos –, que atuou diretamente na execução da proposta a partir de seus projetos e programas de ensino, de pesquisa e de extensão.

Às profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Maracanaú, Ceará, pelo suporte dado para a realização do estudo. Destaco a participação das técnicas de referência do Centro de Referência de Assistência Social Timbó (CRAS Timbó) e da Coordenadoria de Gestão do SUAS pela colaboração direta que tornou possível a iniciativa aqui apresentada.

À Lidiany Azevedo, gerente da Gerência de Gestão do Trabalho na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) e minha supervisora de estágio à época, que encorajou a concretização da ideia e esteve junto comigo em campo. Muito obrigada pela paciência e pela confiança!

PREFÁCIO:

COMO SE FORMAM PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO SUAS?

Zulmira Áurea Cruz Bomfim¹

É essa postura que me faz acreditar que a Psicologia deve ir aonde for necessário, comprometendo-se com os problemas mais pulsantes de nossa realidade. Frente às tentativas constantes de desmonte das políticas sociais, é necessário que nos esforcemos para fazer delas cada vez mais eficientes, responsivas, reafirmando seu papel social. Creio que por conta disso eu tenha me envolvido tanto com a Política de Assistência Social, e, como consequência, tenha realizado este trabalho.

Essa epígrafe retirada de uma parte do texto do livro *Mapas afetivos: tecnologia social para a gestão territorial em Assistência Social*, de autoria de Andie de Castro Lima apresenta uma síntese

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1985). Mestra em Psicologia pela Universidade de Brasília (1990) e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Realizou pós-doutorado na Universidade da Coruña - Espanha (2011). Professora titular do Departamento de Psicologia da UFC. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Atua na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Ambiental e Psicologia Social. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da UFC. Tem como temas de interesse a questão urbana, a sustentabilidade, as vulnerabilidades sociais e ambientais e processos psicossociais com foco na afetividade.

de sua trajetória como aluna de graduação, que encontrou na prática da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) um caminho possível para uma postura profissional comprometida e ao mesmo tempo efetiva e afetiva.

Como se formam profissionais de Psicologia no SUAS? Essa é uma pergunta que Andie Lima busca responder em todo o seu livro trazendo diálogos de sua trajetória desde estudante e já como profissional psicóloga atuante no SUAS. A descoberta da Psicologia Ambiental dentro de sua trajetória acadêmica por intermédio do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) impulsionou-a a escolher caminhos de pesquisa, ensino e extensão na área. Dentre elas, a realização de uma capacitação pelo Locus com as trabalhadoras da Secretaria de Assistência Social em Maracanaú com objetivo de levantar dados para um diagnóstico da situação pelos mapas afetivos. A experiência na SASC traz, então, uma contribuição significativa para o nascimento e desenvolvimento deste livro.

Como aluna de Psicologia, Andie Lima baseia-se em alguns eixos orientadores que são inovadores para a prática da ciência psicológica, assim como para a pesquisa e produção acadêmica. Um deles é o debate sobre a ausência de dados e de discussão sobre a territorialização na Assistência Social brasileira. Apesar deste processo ser bastante abordado na Saúde, ainda há lacunas na Assistência Social como um processo profissional efetivo e estratégico.

O livro destaca-se por apresentar uma gestão do território inovadora ao considerar as potências e as dificuldades destacadas pelos usuários para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e dos riscos experimentados no seu lugar de moradia. Em suas palavras:

O território é o lugar privilegiado da expressão desses fatores, haja visto que é nele que se materializam as políticas públicas, bem como o cotidiano de seus moradores, seus trânsitos, suas buscas pela manutenção de suas condições materiais de vida e as relações que estabelecem entre si.

Diferentemente de uma visão abstrata, assistencialista e subalterna, a autora traz uma inovação ao tratar da autonomia do usuário como parte deste processo de garantia de direitos como agente de mudança social.

Contudo, a territorialização não é a única forma de inovar e de trazer relevância para este livro: a concepção de *ambiente* faz parte disso. A autora aborda uma dimensão esquecida pela ciência psicológica, apontando que o ambiente tende a ocupar uma posição secundária na compreensão e na intervenção em processos psicossociais, pois há uma prevalência do cenário físico, como algo externo em detrimento das questões simbólicas e subjetivas quando se trata das políticas públicas de Assistência Social. A tendência é ver o ambiente como uma dimensão a ser tratada por disciplinas tais como a Arquitetura, o Urbanismo, o Design, a Geografia, as Ciências Ambientais etc. – e não pela Psicologia como uma unidade de mediação de processos psicossociais.

Um destaque deve ser dado é a preocupação da autora em transformar sua monografia em um livro que é permeado por indagações sobre o compromisso ético-político do/a psicólogo/a, isso é não é somente atuar como profissional, mas também avaliar constantemente como suas ações contribuem para a transformação da sociedade. Seu compromisso de humanização de uma prática profissional iniciou-se ainda quando não era formada e ensinava Literatura no Curso Pré-Vestibular XII de Maio, um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da UFC que preparava para o ENEM. Ela entendia que sua postura de vida poderia influenciar os alunos e por isso pensava em atuar não somente passando conteúdos de literatura, mas também ajudando os jovens a refletirem sobre este momento de vida que seria determinante para suas escolhas profissionais a partir da potência dos afetos:

Em minha práxis como professor, tive contato também com a potência que os afetos podem representar (como forma de mobilização, de reivindicação e de agregação)

não só na sala de aula, mas também em outros espaços. Sob demanda e convite dos alunos mediei rodas de conversa sobre tópicos da vida de jovem estudante, o que me ensinou muito sobre a afetividade e sobre minha postura profissional.

A *afetividade* é então uma categoria que passa a fazer parte de sua trajetória de vida e de pesquisadora comprometida socialmente ao estudar as dinâmicas afetivas dos moradores do Timbó, no município de Maracanaú-CE, com relação ao seu território de moradia, trazendo as marcações espaciais e geográficas como resultado das relações de poder. Elege os *mapas afetivos*, como um método de avaliação dos territórios pelos sentimentos, emoções, representações que versam sobre a implicação dos sujeitos com seus lugares. A *estima de lugar*, uma expressão desta implicação decorrente dos afetos no território pode favorecer a uma potência de ação ou a uma potência de padecimento da ação dos moradores, o que foi determinante para discutir as possibilidades de uma nova forma de territorialização na PAS.

Vale salientar que a investigação traz resultados indiretos da vida cotidiana dos usuários ao trazer as respostas das trabalhadoras em seu lugar de trabalho atravessadas por afetos despotencializadores no espaço de trabalho, tais como tristeza, frustração e desesperança frente às precariedades infraestruturais vividas no território, às más condições de trabalho e à sensação de descompromisso e de abandono por parte da gestão da PAS e do município. Mas mesmo assim, o padecimento das trabalhadoras e trabalhadores da política não apagaram os afetos que aumentavam a potência de ação e de identificação com a profissão que escolheram e com o serviço que prestam, o compromisso com as usuárias da PAS e o vínculo com os colegas de trabalho.

Os resultados do estudo apresentados neste livro são, também, inovadores e criativos por trazer um método, os mapas afetivos, como ferramenta de territorialização junto aos moradores dos

bairros de Maracanaú, o que permitiu o levantamento das dinâmicas afetivas dos moradores do Timbó. Nesse caso, as políticas públicas no SUAS podem ser apreciadas e avaliadas no território a partir da relação dos moradores com seu lugar de moradia, mostrando como essa relação pode promover uma estima de lugar potencializadora ou despotencializadora da ação desses sujeitos em sua implicação com o território.

Para finalizar, retornamos à pergunta inicial que permeia todo o trabalho da autora Andie Lima: como se formam profissionais de Psicologia no SUAS? Esperamos que a resposta para esta pergunta norteadora presente nas linhas e entrelinhas deste livro seja uma referência para a humanização da prática da Psicologia e de seu compromisso ético-político de ir aonde o povo está e necessita de seu cuidado.

APRESENTAÇÃO

Para iniciar a discorrer sobre o tema deste escrito, preciso antes contar um pouco sobre minha história. Minha vida está entrelaçada a este trabalho. Escrevendo sobre mim eu escreverei também sobre os antecedentes da pesquisa e, em parte, sobre seus objetivos e sobre seu percurso metodológico.

Iniciei a graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em março de 2014. Diferente da maioria de meus colegas, essa experiência não foi meu primeiro contato com o ensino superior. Em 2012 eu havia ingressado na licenciatura em Ciências Biológicas na mesma instituição, tendo evadido em 2013 durante o meu terceiro semestre no curso.

Uma outra coisa que me tornava diferente de meus colegas era o fato de que eu não tinha a menor vontade de cursar Psicologia. Quando desisti das Ciências Biológicas eu fiquei completamente sem perspectiva e duvidei se deveria mesmo insistir na educação superior. Em uma conversa com Jéssica Alencar, uma amiga de longa data que estudava Psicologia na época (e hoje é psicóloga), fui aconselhada a tentar ingressar em Psicologia. Decidi acatar o conselho e com essa referência é que iniciei minha graduação.

Entrei no curso, então, sob a sombra de uma desistência, sem grandes expectativas com relação ao que viria pela frente e com dúvidas sobre se deveria ou não investir em uma graduação. No meu julgamento, essa era uma combinação perigosa e meu maior medo era desistir novamente de uma graduação.

Logo no meu primeiro semestre tive uma disciplina que me fez repensar minha permanência na Psicologia. Era *Introdução à Sociologia*, ministrada pela professora Glória Diógenes. Encantei-me

com a Sociologia e seus autores fundamentais (Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim...), mas mais ainda pela Antropologia. Gostava de tudo: desde os textos às discussões, bem como da professora.

A Professora Glória, além de poética e sensível, é uma figura bastante provocadora e estava sempre a nos estimular a investigar sob o viés antropológico. Nessa perspectiva, fiz um trabalho de campo em equipe em uma barraca de praia voltada para o chamado “público GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Estávamos, ainda que inocentemente e por pura observação, pesquisando sobre territorialidade homoerótica². Aí estava meu primeiro contato com o método etnográfico.

Gostei tanto da disciplina que pensei várias vezes em migrar para as Ciências Sociais. O contato com a Professora Glória continuou e eu cheguei a concluir disciplinas do currículo do referido curso. Uma delas foi Sociologia do Corpo e da Sexualidade, em 2015.1, ministrada pelo professor Cristian Paiva, a qual também tive muito prazer em cursar. Um semestre após, cursei Práticas Etnográficas: Arte e Cidade, ministrada pela Professora Glória. Meu encantamento só aumentava e, a partir dessa disciplina, decidi que *eu precisava estudar a cidade*.

Durante o encerramento dessa disciplina, a Professora Glória anunciou que no semestre seguinte ofertaria, junto à professora Irllys Barreira, o curso de Sociologia Urbana. Identifiquei então a oportunidade de dar um passo a mais em minha caminhada rumo ao meu desejo de investigar sobre a cidade. Porém, enquanto escolhia as disciplinas que eu cursaria no semestre seguinte surgiu um impasse: o horário de Sociologia Urbana coincidia com o horário de uma disciplina do curso de Psicologia que eu também queria cursar. Dividindo minhas angústias com meu namorado na época, Hugo Nogueira,

ouvi o seguinte questionamento: “tu não acha (*sic*) que já tá (*sic*) hora de fazer alguma coisa no teu curso não?”

Ouvir isso foi como levar um soco no estômago³. Estava no quarto semestre e vi-me na situação de quem estava prestes a evadir de uma graduação novamente, e se tinha algo que eu tinha muito medo era de desistir. Assim, decidi não me matricular em Sociologia Urbana para cursar a outra disciplina de meu interesse que contemplava a grade curricular da graduação em Psicologia.

Contudo, meu interesse pela cidade não havia passado. Foi esse interesse que me fez aceitar o convite de minha colega de curso e amiga Priscila Borba, que havia cursado as disciplinas do currículo das Ciências Sociais comigo, para participar de um grupo de estudos no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental⁴ (Locus) conduzido por ela. Na época, Priscila era bolsista de extensão no projeto Nas Trilhas da Psicologia Ambiental.

O grupo de estudos seria sobre Psicologia Ambiental, Arte e Cidade (aproveitando o ensino da disciplina que tivemos). Estava muito animada com relação à arte e à cidade, mas não conhecia nada de Psicologia Ambiental. Meu contato com o campo resumia-se em algumas aulas de caráter prático ministradas pela professora Maria Inês de Queiroz no semestre anterior na disciplina de Práticas Integrativas I, das quais lembro com carinho até hoje. Resolvi

3 Segundo Paul Ricoeur, a metáfora é um poema em “miniatura” (Ricoeur, 2000, p. 58). Ainda que não seja recomendado seu uso em trabalhos científicos, utilizo a metáfora por sua capacidade expressiva. Pelo mesmo caráter, a metáfora também é utilizada por nós como recurso de levantamento de dados, como mostra o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), a ser discutido na seção deste livro referente à metodologia do estudo.

4 O Locus é um laboratório vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC. Surgido em 2003, é coordenado atualmente pela professora Zulmira Bomfim. Entre seus membros há estudantes de Psicologia e de outros cursos de graduação, estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e profissionais parceiros. Os estudos realizados no Locus situam-se no campo da Psicologia Ambiental, em intercessão com a Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica. O principal tema de estudo é a relação pessoa-ambiente em diferentes contextos (urbanos, rurais) compreendendo as expressões da desigualdade social.

aprofundar meus conhecimentos e me matricular na disciplina de Psicologia Ambiental, ofertada pela professora Zulmira Bomfim.

Durante esse mesmo semestre, Priscila decidiu deixar a bolsa e a Professora Zulmira designou-me como nova bolsista do projeto de extensão Nas Trilhas da Psicologia Ambiental. Estava inteiramente envolvida pela Psicologia Ambiental e fascinada com o fato de que não precisaria sair da Psicologia para estudar a cidade: eu poderia fazer isso permanecendo no curso e já estava no lugar certo para fazer isso, que era o Locus.

Estando no Locus desenvolvi muitas atividades e descobri que minha vontade de estudar a cidade era, na verdade, vontade de investigar acerca da relação das pessoas com os ambientes, incluindo nisso a relação dos habitantes com suas cidades. Várias oportunidades de investigação da relação pessoa-ambiente surgiram para mim e uma delas aproximou-me do campo do presente estudo.

Na primeira metade de 2017, recebemos a visita de um grupo da gestão da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC)⁵ do município de Maracanaú com o objetivo de tratar sobre a possibilidade da utilização dos Mapas Afetivos (Bomfim, 2010) como instrumento de coleta de dados que comporiam o Diagnóstico Socioterritorial⁶ do município, a ser finalizado ainda naquele ano. Segundo exposto pelas profissionais, havia o anseio de que o Diagnóstico fosse além dos dados socioeconômicos, demográficos e do próprio funcionamento da Política⁷ de Assistência Social (PAS)

5 A SASC é o órgão gestor da Política de Assistência Social no município de Maracanaú.

6 O Diagnóstico Socioterritorial é um documento contendo dados sobre os territórios de atuação do Sistema Único de Assistência Social no município. Seu objetivo é mapear as situações de vulnerabilidade e de risco presentes nos territórios, bem como outros dados acerca da realidade demográfica e socioeconômica.

7 Refiro-me à Política como Política Pública. Peters (*apud* Souza, 2006, p. 24), define política pública como "a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos".

que tradicionalmente já eram compilados e desse conta também de aspectos da vida cotidiana da população e de particularidades territoriais presentes no município.

Contudo, o Locus, com sua estrutura, não tinha condições para realizar uma pesquisa de tal magnitude⁸. Propusemos então a realização de uma capacitação que instrísse as trabalhadoras⁹ da Política para o levantamento e análise de dados sobre a população a partir dos mapas afetivos. A formação ocorreu no segundo semestre de 2017 e teve boa adesão, porém as profissionais não se sentiam aptas a realizar a pesquisa. Muitas alegaram que apenas uma formação era pouco para prepará-las. Outras também reclamaram sobre o volume de trabalho que já possuíam e que assumir mais essa responsabilidade comprometeria a qualidade dos serviços prestados e a sua própria qualidade de vida no trabalho.

Os discursos que ouvimos nos fizeram refletir sobre a necessidade de trabalhar com esse público: o quadro de trabalhadoras da SASC. Imaginamos que era preciso, antes de tudo, olhar para a trabalhadora. Desejávamos compreender quais afetos os mobilizavam em suas rotinas de trabalho a partir da relação desses sujeitos com seus lugares de trabalho.

Gestamos, assim, um diagnóstico-ação pelos mapas afetivos¹⁰ que alcançou 269 trabalhadoras, executado de setembro

8 Atualmente, o município de Maracanaú está dividido em onze territórios pela estratégia de territorialização da PAS.

9 Utilizarei o gênero feminino quando mencionar o conjunto dos trabalhadores para marcar que o quadro de trabalhadores da SASC (Lima *et al.*, 2017; Maracanaú, 2018) é predominantemente feminino, assim como os quadros da Assistência Social pelo país (Rhein, 2013). Assumo essa postura para desestabilizar o *status quo* que invisibiliza as mulheres e seus êxitos profissionais.

10 Com a referida ação, cumpri meu primeiro estágio supervisionado curricular na ênfase de Processos Psicossociais e Construção da Realidade.

a dezembro de 2017¹¹. Durante a apresentação dos resultados do diagnóstico-ação, no início de 2018, as trabalhadoras identificaram-se bastante com o que estava sendo exposto e comentaram por diversas vezes sobre como seria interessante que a metodologia de construção dos mapas afetivos e aferição da estima de lugar fosse aplicada às usuárias¹² da Assistência Social e aos demais moradores de seus territórios de atuação.

O questionamento surgido foi se seria possível uma estratégia de gestão do território por parte das profissionais da Assistência Social que compreendesse aspectos além dos já considerados para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação dos serviços e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – como dados socioeconômicos, demográficos e geográficos/espaciais, de caráter mais material e objetivo – para abarcar também aspectos subjetivos, como a forma que os moradores percebem o território, como o constroem cotidianamente e como são atravessados por esse.

Em consequência desse processo a Secretaria decidiu pela minha contratação como estagiária de Psicologia¹³. Fui lotada na Gestão do Trabalho (GT), gerência pertencente à Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS) aproximando-me mais ainda de Maracanaú. Já como estagiária e ainda como integrante do Locus, propus à Prof.^a Zulmira que fizéssemos uma pesquisa que atendesse a esses anseios das trabalhadoras.

11 Esse diagnóstico-ação foi produzido como uma ação de extensão do Locus e resultou no relatório "Diagnóstico-ação pelos mapas afetivos: levantamento das dinâmicas afetivas dos trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú-CE".

12 Também utilizei o gênero feminino para tratar do conjunto de usuários do SUAS, visto que as mulheres são maioria tanto como usuárias da Política quanto como as responsáveis por buscarem benefícios e serviços socioassistenciais para suas famílias. Além disso, são as mulheres que mais sofrem com a escassez de renda e com as vulnerabilidades que ela acarreta.

13 Com a experiência citada, cumpri meu segundo e último estágio curricular obrigatório concluindo minha formação na ênfase de Processos Psicossociais e Construção da Realidade.

Assim foi criado o projeto “Afetividade, Território e Políticas Públicas: Estima de Lugar de usuários dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) em Maracanaú-CE”¹⁴, executado em parceria com a SASC (em específico com o GESUAS). Os dados aqui discutidos são fruto dessa pesquisa – que foram sintetizados no meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Estima de lugar e território: construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE” (Lima, 2019). O presente livro é uma versão adaptada do referido trabalho monográfico.

A justificativa desse projeto, e também deste livro, reside principalmente em sua possibilidade de atender a uma demanda profissional das trabalhadoras da SUAS. Para além do discurso das profissionais, há dados sobre a ausência de discussão sobre a territorialização na Assistência Social brasileira. De acordo com a revisão bibliográfica feita por Augusto *et al.* (2016), o tema da territorialização não tem surgido em pesquisas e não tem motivado discussões na academia. Os autores encontraram somente quatro trabalhos a partir dos descritores “territorialização”, “CRAS” e “Política Nacional de Assistência Social” no Portal de Periódicos da Capes.

Parte da relevância do trabalho está também em aproximar a ciência psicológica das questões ambientais. Os ambientes têm tido posição secundária nos estudos de Psicologia. Compreendidos somente como algo externo, geralmente em seu caráter físico e estrutural, os espaços são pouco trabalhados pelas psicólogas¹⁵ e entregues ao olhar de disciplinas tais como a Arquitetura, o Urbanismo, o Design e a Geografia.

14 Projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFC em 2018. Contou com fomento da própria UFC por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

15 De acordo com Lhullier e Roslindo (2012) em “As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu”, parte do estudo “Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), os registros apontaram que 89% das profissionais em psicologia eram mulheres, o que marca a necessidade de referenciar a categoria no feminino. Tal tem sido a posição do CFP nos últimos anos, que tem utilizado a variação feminina de gênero para descrever a categoria nos últimos anos.

Destarte, é preciso aproximar a Psicologia das discussões sobre os ambientes, superando as visões que privilegiam apenas seus aspectos físicos, estruturais e naturais e dando ênfase em perspectivas que consideram seus aspectos subjetivos, seus símbolos e as inter-relações humanas que permeiam suas constituições (Aragonés; Amérigo, 2000), também dando atenção às dimensões cultural, social e temporal (Moser, 2005).

Outro fator que move a realização deste trabalho é meu compromisso ético-político com a transformação da realidade. Para falar sobre isso, tenho de citar outra experiência. Em 2017 fui selecionada para ser professora de Literatura no Curso Pré-Vestibular XII de Maio. O Curso é um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da UFC e tem como objetivo democratizar o acesso ao ensino superior, sendo seu público-alvo alunos oriundos da rede pública. Iniciei meu trabalho como professora em 2017, paralelamente às atividades que já realizava, e permaneci até o fim de 2019.

Afirmo que, dentre todas as experiências que tive, o XII de Maio foi uma das mais humanizadoras. O contato com os alunos fez com que eu problematizasse ainda mais a realidade, ressignificando minha própria experiência como ex-aluno de escola pública. Ainda que as condições de trabalho não fossem as melhores e que eu não estivesse em formação para me tornar professora, o contato com a face sem adornos da desigualdade social e seus desdobramentos (como as dificuldades dos alunos para manterem-se estudando e os discursos meritocráticos difundidos por eles mesmos, pelos professores e pela equipe gestora) fizeram com que eu assumisse uma práxis libertadora como postura profissional.

Em minha práxis como professora, tive contato também com a potência que os afetos podem representar (como forma de mobilização, de reivindicação e de agregação) não só na sala de aula, mas também em outros espaços. Sob demanda e convite dos alunos medieei rodas de conversa sobre tópicos da vida de jovem estudante, o que me ensinou muito sobre a afetividade enquanto categoria e sobre minha postura profissional.

Ao fim de cada ano letivo em que estive no Curso XII de Maio como professora, escrevi uma carta de despedida aos meus alunos. O exercício de escrever as cartas selecionando o que eu acreditava que eles deveriam ouvir fez-me perceber a implicação que eu havia desenvolvido. Como exemplo, deixo um trecho da carta de despedida deste ano:

[...] Eu peço para que vocês não esqueçam das coisas que acreditam e pelas quais lutam hoje. A vida adulta é muito dura e às vezes a gente se pega preso às pequenezas da materialidade da vida cotidiana. Perdemos a capacidade de lutar, de indignar-nos com o que é errado e feio, de comover-nos com o sofrimento do outro, e tudo em que conseguimos pensar são provas, trabalhos, empregos, boletos... Por isso que apelo para que não deixem a flor da juventude murchar. [...] Mais do que nunca, a violência é lida como solução, as riquezas se concentram, acabamos com a nossa casa, os direitos fundamentais são relativizados e afundamos pouco a pouco num lamaçal que é o caos institucional e humanitário. Dizem que as mudanças, as revoluções, só podem vir dos jovens. Isso porque os adultos já estão conformados demais e possuem muitas coisas a perder se envolvendo numa causa. Se é assim, eu prefiro nunca ter nada. Estar sempre livre, de mãos vazias, e disposto a engajar-me pelas mudanças que são necessárias. [...] Espero encontrar muitos de vocês mais na frente, nas lutas que o mundo cobrará de nós (Carta de despedida aos alunos do Curso Pré-Vestibular XII de Maio. Autoria própria, 2019).

É essa postura que me faz acreditar que a Psicologia deve ir aonde for necessário, comprometendo-se com os problemas mais pulsantes de nossa realidade. Frente às tentativas constantes de desmonte das políticas sociais, é necessário que nos esforcemos para fazer delas cada vez mais eficientes, responsivas, reafirmando seu papel social. Creio que por conta disso eu tenha me envolvido tanto com a política de Assistência Social, e, como consequência, tenha realizado a publicação desta obra.



1

UMA BREVE INTRODUÇÃO

GARDEN

O presente estudo possui como objetivo principal levantar as dinâmicas afetivas dos moradores do território coberto pelo CRAS Timbó, localizado em Maracanaú-CE, para fomentar a discussão acerca de uma nova estratégia de territorialização e de gestão do território pelo SUAS no município que superasse os aspectos físicos e estruturais do ambiente presente nos dados oficiais e desse conta de aspectos simbólicos da relação dos moradores com seu lugar de moradia. Para tanto, partiu-se da premissa de que os ambientes são mais do que uma estrutura física e objetiva apreensível pela cognição, sendo também palco de trocas simbólicas das quais participam os sentimentos, as emoções e as representações dos sujeitos sobre os lugares.

Considerando o tema e a natureza da referida pesquisa que foi sendo construída pela minha prática enquanto estagiária de Psicologia na SASC, destaco algumas categorias que nortearão este estudo: Território – compreendido aqui como mais que as marcações espaciais e geográficas, mas como resultado das relações de poder (Santos, 2005), Afetividade (na perspectiva da Psicologia Social de Vertente Sócio-Histórica) – entendida como a dimensão humana dos sentimentos e das emoções (Sawaia, 1999), Mapas Afetivos – trama de sentidos movidos pelos sentimentos, emoções, representações e percepções acerca de determinado ambiente (Bomfim, 2010) e Estima de Lugar – categoria que versa sobre a implicação dos sujeitos com seus lugares (Bomfim, 2010).

O estudo que culmina nesta obra apresenta-se como uma pesquisa de natureza qualitativa que possui como principal objetivo *construir uma tecnologia social para a gestão territorial em Assistência Social a partir do levantamento das dinâmicas afetivas dos moradores do Timbó, no município de Maracanaú-CE, com relação ao seu território de moradia*. Tal objetivo desdobra-se em alguns objetivos específicos, a saber:

- 
- a. Relacionar aspectos do Timbó com as dinâmicas afetivas que os moradores manifestam acerca do território;
 - b. Apontar como a relação com o território pode favorecer a uma Estima de Lugar potencializadora ou despotencializadora da ação dos moradores;
 - c. Discutir as possibilidades de uma nova forma de territorialização na PAS.

Para concretização dos objetivos, realizo, em um primeiro momento, o desenvolvimento das categorias teóricas que baseiam o estudo, bem como a apresentação de marcos históricos e legais da PAS, no capítulo *A Política de Assistência Social e sua inserção territorial: marcos teóricos e legais*.

Logo após, apresento os procedimentos metodológicos traçados e executados para a realização da pesquisa, contemplando também a apresentação do *locus* do estudo (o município de Maracanaú, em específico o território referenciado pelo CRAS Timbó, composto em sua maior parte pelo bairro Timbó) no capítulo *Procedimentos metodológicos*.

Em seguida, apresento os dados obtidos com a pesquisa em campo, desde a caracterização da amostra do estudo até a discussão dos resultados obtidos em articulação com o referencial teórico adotado no capítulo *Resultados e discussões*.

Para concluir, teço algumas considerações finais retomando os objetivos do trabalho e os horizontes para qual o estudo aponta no capítulo *Apontamentos para novas tecnologias de territorialização na Política de Assistência Social*.



2

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA INSERÇÃO TERRITORIAL:

MARCOS TEÓRICOS E LEGAIS

Dado que o presente estudo construiu-se pretendendo propor ações a partir da PAS, apresento os marcos teóricos, históricos e legais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), responsável por estabelecer as diretrizes e os objetivos do trabalho em Assistência Social no país.

Além disso, para a construção deste estudo, foram eleitas as categorias "Território", "Afetividade", "Mapas Afetivos", "Estima de Lugar". De forma a elucidar os conceitos citados, apresento também as bases teóricas que sustentam o estudo.

CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para a plena compreensão do trabalho, é necessário expor o que é e como se estrutura a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), bem como de onde se origina e quais seus horizontes. Em seus primórdios, a Assistência Social no país traduziu-se em ações filantrópicas, caritativas e clientelistas com influência de orientações religiosas e das figuras políticas que estiveram no poder à época. Dado isso, essas ações eram paliativas, fragmentadas e assistencialistas, não se constituindo como um direito garantido à população nem como um dever a ser cumprido pelo Estado.

Do início de nossa colonização até a década de 1930, as ações em Assistência Social eram realizadas por instituições privadas, tendo sido promovidas por organizações não governamentais que muitas vezes possuíam orientação religiosa. Tais organizações ancoravam-se no princípio da caridade, ignorando a pobreza como uma questão social e, ao invés disso, relacionando-a a uma inadequação particular do sujeito pobre (Carvalho, 2008).

Durante o governo de Getúlio Vargas, o país passou a contar com um novo tipo de Assistência Social. A crise do capitalismo experimentada globalmente em 1929 instaura uma nova percepção acerca da pobreza, que passa a ser interpretada como um problema social e, dessa forma, torna-se um problema do Estado, cabendo a esse saná-lo. Nesse cenário também se inscreve o Brasil. Apesar disso, o acesso à seguridade social (saúde, assistência social) não é universal, estando restrito ao trabalhador contribuinte (Carvalho, 2008).

Com a Constituição Federal de 1988, apelidada de Constituição Cidadã, a Assistência Social constituiu-se como uma política pública, integrando o sistema de Seguridade Social. Esse direito previsto na Constituição passou a ser lei em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que define a Assistência Social em seu artigo 1º como

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

Apesar de constituir um direito previsto em lei, a implementação da Assistência Social passou por um hiato de marcos regulatórios que durou até 2004. Contudo, de 1993 até 2004 diversas transformações nos campos político, social e econômico aconteceram, influenciando no surgimento de mobilizações em prol do pleno acesso a esse direito.

É nesse contexto que foi lançada a PNAS, em 2004, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cuja principal bandeira de campanha foi a superação da fome da miséria. A PNAS orienta-se a promover o acesso a direitos sociais e atuar na prevenção de riscos e no combate a vulnerabilidades, promovendo aquisições e potencialidades por meio de serviços e benefícios a serem ofertados pelo SUAS (Brasil, 2004).

A PNAS expõe a necessidade de se conhecer os “invisíveis” em sua coletividade a partir do reconhecimento dos grupos sociais; os riscos e as vulnerabilidades vividos nos mais diversos territórios brasileiros; as macro e as micro diferenças sociais e as potencialidades das comunidades para o enfrentamento de suas fragilidades (Brasil, 2004).

Para isso, a proteção social atua em três frentes: os indivíduos, suas famílias e o território no qual se inserem, orientando-se à promoção das capacidades da comunidade. Assim, a PNAS tem por objetivo o desenvolvimento da autonomia de sujeitos e comunidades, algo contrário às noções de tutela e de assistencialismo que estavam presentes nas ações de Assistência Social no país do século passado (Brasil, 2004).

A PNAS estrutura-se enquanto política a partir de algumas diretrizes. Uma dessas diretrizes é a descentralização político-administrativa, a qual preconiza a divisão de responsabilidades entre os entes federados: governo municipal, estadual e União.

Outra diretriz é a participação da população na construção da Política. Uma marca dessa diretriz é a existência de conselhos que possuem função de fiscalizar e deliberar acerca da execução da PNAS. Os conselhos (sejam municipais, estaduais ou o nacional) devem ter composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil (Brasil, 2004).

Tem-se também a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo, o que diz sobre a nova concepção dos riscos e das vulnerabilidades sociais como um problema social e estrutural e, por isso, a participação do Estado no enfrentamento de tais situações torna-se primordial para a sua superação.

A centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos também é uma diretriz

importante na construção da PNAS. A matriz sociofamiliar da Política toma o núcleo familiar como o nó da trama social em que se concretizam as vulnerabilidades e as potencialidades sociais (Brasil, 2004).

Em síntese, é possível afirmar que a PNAS

[...] realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (Brasil, 2004).

Assim, a PNAS busca prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, promovendo a inclusão de suas usuárias e dos grupos específicos atendidos, seja em áreas rurais ou urbanas, garantindo a convivência familiar e comunitária.

Para que os serviços, programas, projetos e benefícios sejam executados plenamente é lançada em 2005 (atualizada em 2012) a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). A NOB/SUAS objetiva a concretização do acesso aos direitos previstos pela LOAS e às garantias previstas pela PNAS. Ela dispõe sobre o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), surgido em 2005, que se constitui em uma rede de proteção e promoção social.

Dantas (2016) expõe que o SUAS estabelece novas formas de gestão da Assistência Social, de estruturação dos serviços, da composição e da qualificação das equipes de trabalho, do monitoramento e da avaliação desta política.

Assim, o SUAS direciona-se a garantir direitos que foram negados a muitos. Isso se dá pela inclusão em programas e projetos ou do recebimento de benefícios e serviços, ações essas que buscam contribuir para a construção de sua autonomia (Dantas, 2016).

Mesmo com todos os avanços demonstrados com os marcos regulatórios expostos acima, a PNAS atravessa ainda alguns entraves, havendo, segundo Lonardoní *et al.* (2006), um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação.

POSSIBILIDADES DE LEITURA DO TERRITÓRIO A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DA RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE

No tópico anterior, descrevi o surgimento, as diretrizes e os objetivos da PNAS. Uma das diretrizes expostas foi a descentralização político-administrativa. Retomo tal diretriz para ressaltar que a divisão de responsabilidades entre os entes federados diz sobre o caráter territorializado da PNAS. Ao município cabe a operacionalização da Política: a oferta de serviços, a concessão de benefícios, bem como a execução dos programas e projetos (Brasil, 2004).

Apesar de a PNAS ser executada sob um comando único, a participação dos municípios permite que a Política adeque-se às diferentes realidades territoriais presentes no Brasil. Essa tarefa não é algo fácil, dadas as dimensões continentais do país e a sua pluralidade cultural.

A ênfase na capilarização territorial torna visíveis os marginalizados socialmente, a exemplo a população em situação de rua, os jovens em conflito com a lei, os indígenas, os quilombolas, os idosos e as pessoas com deficiência. Porém é pulsante a necessidade de compreendê-los em sua territorialidade, e não apenas localizá-los e visualizá-los, para a efetividade da PNAS.

O território do qual trata a PNAS

representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (Brasil, 2008, p. 54).

Para tanto, necessita-se de uma abordagem que leve em consideração todas essas dimensões da territorialidade. “Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território” (Koga, 2003 *apud* Brasil, 2004, p. 45).

Para a construção dessa abordagem mais ampla, parto da premissa de que o ambiente não se resume somente a seus componentes físico-estruturais. O ambiente é também sócio-físico, o que o constitui como um palco de trocas simbólicas (Aragonés; Amérigo, 2000). Além disso, os sujeitos relacionam-se com seus ambientes em uma via de mão dupla: são atravessados pelo ambiente na medida em que o constroem física e simbolicamente. Entender a relação homem e ambiente convida-nos a aceitar que uma série de questões perpassam esse processo, tais como o viés político, econômico, social e histórico.

Desta forma, a Psicologia Ambiental, área do saber que estuda a relação pessoa e ambiente, faz-se importante neste estudo. Constituindo-se enquanto campo transdisciplinar, e não como uma disciplina da Psicologia, “(...) a especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente” (Moser, 1998, p. 8).

Algumas categorias reforçam a ideia de uma relação pessoa-ambiente atravessada por fatores interacionais e simbólicos. Observando a capacidade dos indivíduos de relacionarem-se com os ambientes, Yi-Fu Tuan (1980), geógrafo chinês, cunhou o conceito de *topofilia*, que diz da capacidade do humano de se vincular a locais (do grego, *topos* – lugar e *filia* – afinidade).

Essa filiação aos locais nos faz classificar espaço diferentemente de lugar. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Tuan, 1983, p. 6). Assim, espaço diz respeito a uma posição geográfica, descrita de forma objetiva. Lugar é o espaço subjetivado, interiorizado, ou seja, é o espaço quando o é para alguém (Tuan, 1983).

Na relação pessoa-ambiente ainda é possível verificar a possibilidade de emergência de uma identidade de lugar (Mourão; Cavalcante, 2011), que “está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito” (Mourão; Cavalcante, 2011, p. 208).

O surgimento de uma identidade de lugar predispõe a apropriação dos espaços, que é um processo entendido como “um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (Cavalcante; Elias, 2011, p. 63).

A teoria da apropriação dos espaços corrobora a tese de que os ambientes possuem uma dimensão subjetiva, visto que “é a partir da apropriação do espaço (identificação e ação-transformação) que os indivíduos têm a capacidade de criar e perceber significados simbólicos do espaço e incorporá-los à sua identidade” (Valera *apud* Mourão; Bomfim, 2011, p. 225).

A apropriação do espaço e a construção de uma identidade de lugar podem denotar apego ao lugar, designado como a ligação interacional, cultural e funcional das pessoas com os lugares (Elali; Medeiros, 2011). O apego ao lugar desenvolve-se de forma gradual e requer tempo para que se consolide ao passo que sofre influência da avaliação da qualidade ambiental que o indivíduo faz, dos sentidos do lugar e do tempo que demora para que se familiarize com o local.

Uma das dimensões humanas privilegiadas no estudo da relação pessoa-ambiente é a cognição. Sinal disso é o desenvolvimento do conceito de cognição ambiental, definida como “[...] repertório de conhecimento construído [...] acerca do ambiente e seus elementos constituintes, considerando as relações e interações estabelecidas entre os mesmos” (Higuchi; Kuhnlen; Bomfim, 2011, p. 105).

Com base em nossa capacidade cognitiva de apreender a realidade, o urbanista Kelvin Lynch traçou a teoria dos mapas cognitivos (Lynch, 1998). O autor investigou a maneira como a infraestrutura urbana atinge os cidadãos e como esses se relacionam com a cidade. Lynch chegou a conclusão que a forma como os indivíduos orientam-se pela cidade é norteada pelo que é percebido das estruturas pelos sentidos humanos. Segundo ele, nós construímos, em nossa experiência com o ambiente urbano, mapas cognitivos que determinam os caminhos que faremos na cidade (Lynch, 1998).

Não podemos pensar, porém, que apenas o que captamos pelos sentidos é responsável por nos orientar pelos ambientes. Como exemplo temos as representações sociais, que são “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (Moscovici, 1978, p. 26). Sendo as representações sociais conteúdos que circulam em grupos sociais e que não necessariamente são ancorados em percepções objetivas da realidade, também compõem a multiplicidade de fatores que influenciam a forma como agimos com relação aos lugares. As representações sociais operam em nível simbólico, escapando então aos mapas cognitivos de Lynch.

AFETIVIDADE E TERRITÓRIO

A partir do exposto anteriormente, é possível concluir que os ambientes são multidimensionais, complexos e reduzi-los aos seus aspectos físicos e estruturais (apreensíveis pela cognição) representaria a perda dos aspectos simbólicos que compõem a subjetividade dos lugares.

Adoto então a perspectiva de território de Milton Santos, geógrafo brasileiro. Para o autor, o território é, antes de tudo, uma produção socioespacial. É fruto do uso que é feito do espaço por quem o ocupa, e não simplesmente consequência de marcações geográficas. Como resultado do uso de seus ocupantes, o território desvela relações de poder, destacando oprimidos e opressores a partir da forma como se apropriam dos espaços (Santos, 2005).

Ademais, Corraliza (1998) advoga que o ambiente é um território emocional, podendo ser dotado de significado e de valor, além de possibilitar a expressão de fatores afetivos e satisfazendo necessidades emocionais humanas, para além das cognitivas, materiais e simbólicas.

Para integrar os aspectos ambientais supracitados, valho-me da afetividade (Sawaia, 1999) enquanto categoria de análise da inter-relação humano-ambiental. Essa categoria tem sido cara à Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica (Lane; Sawaia, 1994). Sawaia (1999, p. 98) define Afetividade como

[...] a tonalidade afetiva e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e que se apresenta como:
a) Sensação: reações moderadas de prazer e desprazer, que não faz referência a objetos específicos; b) A emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado nos fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta.

A autora, com base em autores como Vigotski, Heller e Espinosa, retoma a positividade dos sentimentos e das emoções, entendidos historicamente na Psicologia e nas demais ciências humanas como um empecilho à razão. Para Sawaia (1999), as emoções não são mero apêndice do ser humano, não podendo ser entendidas apenas como um conjunto de reações fisiológicas. A emoção participa da razão e da cognição, não como algo rudimentar e anterior, mas como elemento integrador do psiquismo humano em sua unidade pensamento-atividade, sendo construída sócio-historicamente e compondo o rol das funções psicológicas superiores.

A Afetividade atravessa dicotomias, em direção ao que Vigotski (*apud* Sawaia, 1999) preconizou acerca da superação das dicotomias psicológicas, sendo a síntese da objetividade e da subjetividade, da necessidade e da ética. Conhecer os afetos é conhecer não apenas a subjetividade enclausurada em si mesmo, mas os processos psicossociais que marcam a constituição dos sentimentos e das emoções.

A compreensão dos afetos supera também a dimensão da necessidade, do imediato, do primitivo – associações comumente feitas aos sentimentos e às emoções – dando conta da ética dos sujeitos (suas condutas e seus valores). Nesse sentido, Heller (1979) defende que sentir é estar implicado em algo, considerando os sentimentos em sua capacidade orientativa.

Feitosa *et al.* (2018, p. 197) destacam “que olhar território e vulnerabilidade, a partir da afetividade, pode contribuir para a melhor compreensão dos modos pelos quais o sujeito se relaciona com os ambientes, construídos ou não”. Além disso, a afetividade desfoca o olhar fatalista sobre as vulnerabilidades abarcando também as potencialidades, visto que as afecções podem ser promotoras de potência de padecimento ou de potência de ação (Sawaia, 1999; Bomfim, 2015). Essas compreensões alinham-se ao enfrentamento

às vulnerabilidades e ao desvelamento das potencialidades, assumidos como tarefas pela PNAS.

A relação entre afetividade e estudos ambientais também é profícua, como demonstra Bomfim (2010) ao traçar a teoria da construção dos mapas afetivos e da aferição da estima de lugar em seu estudo acerca das relações entre os habitantes de São Paulo e Barcelona com suas respectivas cidades (Bomfim, 2010).

Os mapas afetivos são procedimentos teórico-metodológicos entendidos como a compilação de recursos imagéticos (que congregam aspectos cognitivos e afetivos) que revelam a implicação dos sujeitos com o ambiente em questão, seja este o lar, o bairro ou a cidade (Bomfim, 2010). Bomfim (2010, p. 222) argumenta que

Eles são orientadores das estratégias de ação e avaliação dos níveis de apropriação (pertencer ou não pertencer a um lugar), apego (vinculação incondicional a um lugar) e de identidade social urbana (conjunto de valores, representações, atitudes que tomam parte da identidade do indivíduo no lugar). Como sínteses dos afetos, eles também apontam o nível de implicação do indivíduo no lugar. Dado seu caráter representacional e criativo, são recursos de acesso à dialética subjetividade/objetividade na cidade.

A construção dos mapas afetivos aponta uma categoria de mediação para a avaliação dos ambientes e territórios, a Estima de Lugar (Bomfim, 2010), que é definida como

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar (Bomfim, 2010, p. 218).

A estima de lugar possui uma dimensão ético-política e pode manifestar-se de forma potencializadora (levando a um aumento na capacidade de agir em benefício de si e do outro) ou despotencializadora (levando a uma diminuição na capacidade de agir em benefício de si e do outro) (Bomfim, 2010).

Em seu estudo, Bomfim observou que a Estima de Lugar pode ser categorizada em cinco imagens afetivas que são expressão da relação dos indivíduos com a cidade. Essas imagens são: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, Destruição e Contrastes (Bomfim, 2010). No Quadro 1 é possível visualizar o que caracteriza cada imagem afetiva e como elas se organizam entre promotoras de uma Estima de Lugar potencializadora ou despotencializadora.

É sabido que “os sentimentos têm várias particularidades, sendo seu caráter vago (pouco claro à consciência) a primeira delas” (Vigotski, 2001c *apud* Toassa, 2009, p. 67) e também que “[...] embora o sentimento careça de clareza consciente, não é incognoscível” (Vigotski, 2001c *apud* Toassa, 2009, p. 68). Portanto, o trabalho com sentimentos e emoções requer metodologias específicas.

Para acessar as minúcias das relações pessoa-ambiente e tornar possível a construção dos mapas afetivos e a aferição da estima de lugar, Bomfim (2010) criou um instrumento de coleta de dados chamado Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA). O IGMA é um questionário estruturado composto por questões de resposta livre e escalas que compilam sentimentos, percepções, representações e posturas dos indivíduos com relação aos lugares.

Quadro 1 – Descrição das imagens afetivas da Estima de Lugar

Caráter	Imagem afetiva	Descrição
Potencializadoras (aumentam a potência de ação)	Pertencimento	Manifesto por meio de sentimentos de pertença, de orgulho e de forte relação de identidade. O indivíduo tem dificuldade em se perceber distante e diferenciado do lugar. É comum a descrição do ambiente como o próprio lar e o desejo de permanência, bem como demonstrações de forte implicação com o lugar.
	Agradabilidade	Imagem de lugar agradável, valorado positivamente, ainda que sem forte relação de identidade ou desejo de permanência. Comumente relacionada a ambientes que promovem bem-estar (áreas verdes, espaços confortáveis, pontos de encontro) e/ou oportunidades (de desenvolvimento pessoal, material, profissional ou intelectual).
	Contraste potencializador	Confluência de fatores potencializadores e despotencializadores na relação com o ambiente marcada pela prevalência do aumento da potência de ação do sujeito.
Despotencializadoras (diminuem a potência de ação)	Contraste despotencializador	Confluência de fatores potencializadores e despotencializadores na relação com o ambiente marcada pela predominância do decréscimo da potência de ação do sujeito.
	Destruição	Imagem afetiva surgida da percepção do ambiente como abandonado (ausência de infraestrutura adequada, descuido e baixa ocupação/circulação). Comumente relacionada à percepção de sujeira e poluição (de qualquer ordem). A imagem é manifesta por sentimentos de vergonha e desprezo.
	Insegurança	Emerge do sentimento de insegurança do indivíduo, que se sente ameaçado. Imagem marcada por riscos, sendo comum o relato de que tudo pode acontecer no lugar. Pode haver dificuldade de interação social e ausência de confiança entre os sujeitos.

Fonte: elaboração própria.

Segundo essas referências é que nós, o Locus (em uma parceria com a SASC), desenhamos e executamos o projeto de extensão (anteriormente mencionado neste trabalho) “Diagnóstico-ação pelos mapas afetivos: levantamento das dinâmicas afetivas dos trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú-CE”, em 2017, como um primeiro esforço por outra estratégia de territorialização na PAS. Na época, entendemos que

Um diagnóstico que dissesse algo a respeito d[a] trabalhador[a] e sua relação com o território seria, então, algo novo para a Secretaria (que já havia realizado diagnósticos sobre [a] profissional e suas condições de trabalho), bem como poderia apontar para intervenções a serem realizadas, de forma a transformar a relação dos trabalhadores com o território, atualizando o alcance da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e adequando-a melhor ao contexto local (Lima *et al.*, 2017, p. 5).

Fomos a campo norteados pela premissa de que

Perguntar [à]s profissionais sobre seu lugar de trabalho seria, então, pergunta-l[a]s não só acerca das condições físicas do equipamento – como ventilação, iluminação, qualidade dos materiais disponíveis, mas também acerca do ideário que guia a realização de suas atividades e das relações de trabalho estabelecidas no equipamento (Lima *et al.*, 2017, p. 6).

Os resultados de nossas investigações durante a execução do projeto mostraram-nos que a relação entre a trabalhadora e seu lugar de trabalho era bastante atravessada por afetos que conduziam a uma potência de padecimento para o trabalho. Algumas respondentes encontravam-se tristes, frustradas e desesperançosas frente às precariedades infraestruturais, às más condições de trabalho e à sensação de descompromisso e de abandono por parte da gestão da PAS e do município. Por outro lado, muitos demonstraram afetos que aumentavam sua potência de ação: a identificação com a profissão que escolheram e com o serviço que prestam, o compromisso

com as usuárias da PAS e o amor que nutrem por suas colegas de trabalho (Lima *et al.*, 2017).

Essa pesquisa também demonstrou que a própria noção de lugar de trabalho varia bastante entre as profissionais. Quando convidadas a desenhar o que para eles representaria seu lugar de trabalho as respostas foram as mais diversas: algumas desenharam uma sala, outros desenharam uma unidade de atendimento, outros foram além e desenharam uma planta baixa do território que referenciam. A ideia de desenhar o próprio território de atuação como lugar de trabalho chama atenção por trazer à tona a face territorial e descentralizada das políticas sociais brasileiras.

Outra conclusão traçada a partir do trabalho foi a de que a trabalhadora da PAS que está nas unidades de atendimento é uma atriz fundamental na discussão sobre territorialização, uma vez que o que ela entende enquanto lugar de trabalho (se algo mais restrito à unidade em que está lotada ou algo ampliado ao território ao qual ela referencia) diz sobre a disponibilidade de pensar uma territorialização mais humanizada e participativa.

A partir de então, surgiram questionamentos e ideias de como a construção de mapas afetivos poderia ser utilizada como ferramenta de territorialização junto aos moradores (sejam eles usuários, não usuários ou potenciais usuários da PAS) dos territórios de Maracanaú, o que acabou por resultar no presente estudo.



3

**CAMINHOS
PARA CONHECER
O TERRITÓRIO:
PERCURSOS METODOLÓGICOS**

A partir dos questionamentos expostos, este capítulo detalha os caminhos para o uso de tecnologias sociais que contemplem novos aspectos na gestão territorial na PAS. Para isso, serão detalhados aspectos metodológicos do estudo realizado em campo, desde a natureza da pesquisa, passando pela caracterização do seu *locus* e da amostra alcançada e culminando nos procedimentos de coleta e análise de dados.

NATUREZA DO ESTUDO

As bases metodológicas deste trabalho ancoram-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, considerando a complexidade da realidade estudada. A pesquisa qualitativa permite que fenômenos sejam investigados em maior profundidade, com maior riqueza de detalhes, o que pode conduzir a respostas de questões bem particulares (Minayo, 1994).

Além da revisão de literatura realizada para sustentar teoricamente o trabalho, realizamos a coleta de dados por meio da aplicação de questionários estruturados – o IGMA, que será devidamente apresentado a seguir. Apesar de ser um instrumento de coleta de dados estruturado, as perguntas de caráter aberto o fazem similar a uma entrevista, na qual o sujeito é convidado a falar sobre suas vivências pessoais, manifestando seus sistemas de valores, formas de compreensão e interpretação da situação, bem como crenças e histórias pessoais e coletivas (Quivy; Campenhoudt, 2005).

Apesar de o trabalho estruturar-se a partir da perspectiva qualitativa, há a utilização de análise estatística complementar, visto que parte do IGMA são escalas do tipo Likert, o que predispõe a mensuração da realidade estudada. Além disso, a estatística descritiva também foi empregada para a caracterização da amostra.

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa ocorreu no município de Maracanaú, pertencente ao estado do Ceará. Trata-se de um município jovem, que se emancipou de Maranguape em 1983. Seu nome vem do tupi (*marakanã* – maracanã e 'y – rio) e significa "lagoa em que bebe a maracanãs", pássaro típico do município. O início de seu povoamento é marcado principalmente pelo trecho de uma antiga ferrovia que ligava a capital Fortaleza a Maranguape, porém, já nessa época, a área do município também abrigava uma aldeia indígena (do povo Pitaguary), uma colônia de tratamento para pessoas atingidas pela hanseníase (a Colônia Antônio Justa) e uma instituição de acolhimento para jovens em conflito com a lei, o Instituto Carneiro de Mendonça (popularmente conhecido como Santo Antônio do Buraco).

A cidade integra a zona metropolitana de Fortaleza. É limitado ao norte por Fortaleza, a oeste por Caucaia e por Maranguape e ao sul e a leste por Pacatuba (ver Figura 1). Em 2010, o município contava com uma população de 209.057 habitantes (IBGE, 2010). Nos dias de hoje há a estimativa de que sejam cerca de 223.000 habitantes.

Figura 1 - Localização de Maracanaú



Fonte: Darlan P. de Campos (2006), Wikimedia Commons.

Quanto às suas subdivisões, o município conta com 38 bairros, a saber: Acaracuzinho, Alto Alegre I, Alto Alegre II, Alto da Mangueira, Antônio Justa, Boa Esperança, Boa Vista, Cágado, Coqueiral, Centro, Cidade Nova, Distrito Industrial I, Furna da Onça, Horto, Industrial, Jaçanaú, Jardim Bandeirantes, Jari, Jenipapeiro, Jereissati, Luzardo Viana, Menino Jesus de Praga, Mucunã, Novo Jenipapeiro, Novo Maracanaú, Novo Oriente, Olho D'Água, Pajuçara, Pajuçara Park, Pau-Serrado, Parque Tijuca, Parque Tropical, Parque Santa Maria, Piratininga, Santo Antônio, Santo Sático, Siqueira e Timbó.

Uma de suas principais características sociodemográficas é a de ser predominantemente urbano. Apenas cerca de 1% de sua população reside na zona rural e a maior parte do seu território é descrita como zona urbana (apesar da presença de zona rural e de uma reserva indígena). Sua extensão territorial é relativamente pequena, possuindo 106,648 km²¹⁶ de área e uma densidade demográfica de 2,1 mil hab./km².

Quanto a sua economia, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) volumoso. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 seu PIB foi estimado em R\$ 3.534,4. Sua situação econômica é ascendente, tendo seu PIB crescido 52,8% e entre os anos de 2005 e 2009. Maracanaú possui ainda o terceiro PIB *per capita* do estado (R\$ 30.684,04).

O município é conhecido pela grande concentração de indústrias em seu território, sendo um dos grandes parques industriais do estado do Ceará e possuindo capacidade de atrair muitos investimentos. Por essa característica, Maracanaú ganhou o apelido de Cidade Americana do Futuro¹⁷. Além disso, a gestão municipal é reconhecida como uma das melhores do estado¹⁸.

Isso não significa que as riquezas do município estejam bem distribuídas. Ainda de acordo com os dados do IBGE de 2010, 4,59% de sua população encontrava-se em extrema pobreza (vivendo com renda inferior a R\$ 70) e 6,3% em pobreza (contando com renda entre R\$ 70 a R\$ 140) (IBGE, 2010).

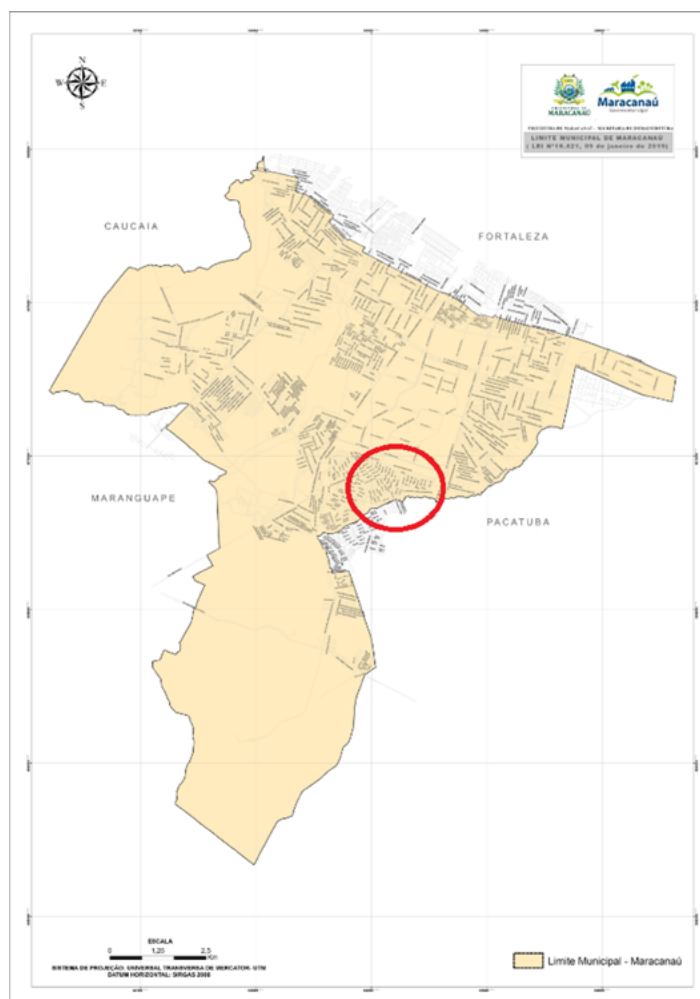
16 Possivelmente o dado está desatualizado. O município, assim como vários outros do estado do Ceará, passou recentemente por um processo de reterritorialização, o que provavelmente alterou sua área. Contudo, ainda não foram disponibilizadas suas medidas atuais.

17 "Maracanaú é reconhecida como Cidade Americana do Futuro". Disponível em <<https://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau-e-reconhecida-como-cidade-americana-do-futuro/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.

18 "Maracanaú está entre os 10 melhores desempenhos de gestões municipais do Ceará, aponta o Ipece". Disponível em <<https://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau-esta-entre-os-10-melhores-desempenhos-de-gestoes-municipais-do-ceara-aponta-o-ipece/>>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

É nessa realidade que se inscreve o território estudado. O bairro do Timbó, também conhecido como Conjunto Timbó, é um dos bairros mais urbanos do município. Além de ser limitado internamente por outros bairros, o território faz fronteira com o município de Pacatuba (ver Figura 2).

Figura 2 - Localização do bairro Timbó em Maracanaú



Fonte: adaptado de Prefeitura de Maracanaú (2019).

O nome “Conjunto Timbó” advém do fato de que o bairro é composto por vários conjuntos habitacionais populares, assim como outros bairros de Maracanaú (como Jereissati). Esses condomínios populares foram os responsáveis pelo povoamento do território e provinham de programas de habitação popular geridos pelo Estado e as pessoas contempladas com residências nos programas de habitação popular – como os promovidos pela Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB-CE) e, mais recentemente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – faziam parte do déficit habitacional brasileiro ou residiam em construções com condições inadequadas para moradia.

O bairro recebeu, nas últimas três décadas, um grande contingente de pessoas que migraram do interior do estado para a capital em busca de melhores oportunidades, mas que, por conta da segregação socioespacial, não encontraram lugar em Fortaleza. Com o advento de programas de habitação popular, essas pessoas visualizaram a possibilidade de morar com dignidade.

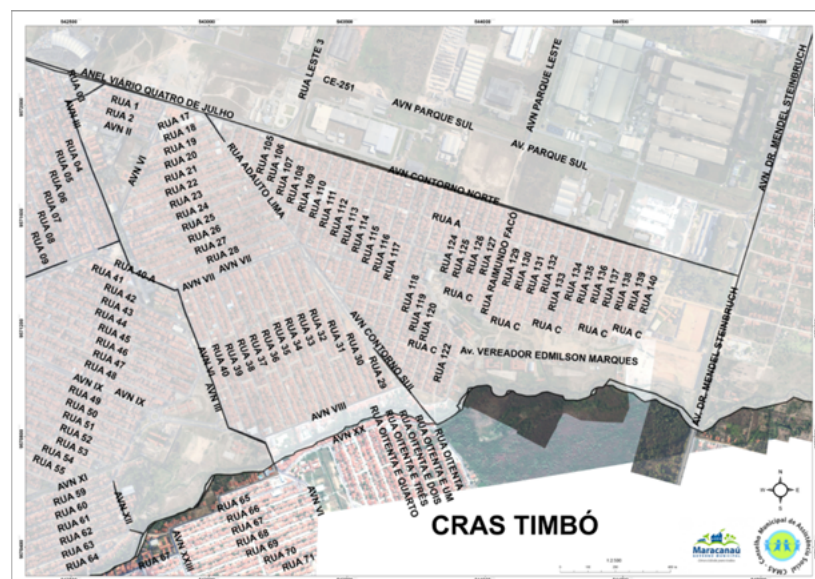
Porém, o Timbó carecia historicamente de políticas públicas que atendessem a população em suas necessidades mais básicas. As pessoas precisavam se locomover até o centro de Maracanaú ou até Fortaleza em busca de oportunidades de emprego e de renda, de atendimento de saúde, entre outros serviços. Além disso, o bairro contava com uma infraestrutura urbana precária. Poucas ruas eram calçadas e não havia saneamento básico para todos.

Tais características da infraestrutura urbana somadas ao fato de que Maracanaú contava com várias pequenas lagoas que foram aterradas durante seu processo de ocupação (o que indica um solo propenso a encharcamento) faziam com que o Timbó fosse um bairro bastante lamacento. Durante a pesquisa, pessoas mais velhas que moram no bairro há mais tempo relataram que os moradores do território eram reconhecidos e estigmatizados em Maracanaú pelos pés sujos de lama.

Atualmente essas situações têm mudado. O município de Maracanaú cresceu bastante em receitas e sua gestão avançou na qualificação dos serviços públicos prestados (como exemplificado anteriormente). Porém, a desigualdade social persiste em sua expressão no território, o que é apontado pela quantidade expressiva de famílias que recorrem aos serviços e benefícios socioassistenciais ofertados pela PAS.

Dado que o estudo intenta discutir a possibilidade de outra territorialização na PAS, estabelecemos como *locus* de pesquisa especificamente o território coberto pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Timbó, que compreende o bairro do Timbó e uma pequena parte do bairro Jereissati (ver Figura 3). Tal escolha é sustentada pelo fato de que é o CRAS a unidade territorial da PAS, atuando diretamente no enfrentamento das vulnerabilidades, na prevenção dos riscos e promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O território foi eleito devido à demanda constante das trabalhadoras do CRAS Timbó por procedimentos de gestão do território. Essa demanda foi ressaltada pelo GESUAS em diálogos conosco.

Figura 3 – Território coberto pelo CRAS Timbó



Fonte: Prefeitura de Maracanaú (2018).

Pelo caráter intersetorial da PAS, faz-se necessário agregar dados acerca da rede de serviços da qual dispõe o território. No Quadro 2 estão contidos os serviços por categoria e por tipo de gestão. Os serviços mostrados dão conta de como, objetivamente, a população do bairro é atendida em suas necessidades.

Quadro 2 – Rede de serviços básicos do território coberto pelo CRAS Timbó

Categoria	Instituição	Gestão
Saúde	Academia da Saúde	Pública
	Centro de Regulação de Maracanaú	
	Centro de Saúde Prefeito Almir Dutra	
	Secretaria de Saúde de Maracanaú	

Categoria	Instituição	Gestão
Educação	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Aduino Ferreira Lima	Pública
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Edson Queiroz	
	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Prof. Francisco Araújo do Nascimento	
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. José de Borba Vasconcelos	
	Associação Beneficente Criança e Idoso Feliz	Privada
	Centro Educacional 12 de Outubro	
	Centro Educacional Duque de Caxias	
	Centro Educacional Ebenézer	
	Colégio Exato	
	Educandário Nossa Senhora de Fátima	
	Centro Educacional São Francisco	
	Instituto Educacional Infantil São Francisco	
	Escolinha Ponta de Lápis	
	Centro Educacional Valclênia Falcão	
Assistência Social	Grupo Gestor Comunitário do Conjunto Timbó	Sociedade Civil Organizada
	Conselho Comunitário de Defesa Social do Conjunto Timbó	
	CRAS Timbó	Pública
	Centro de Convivência Social do Timbó	
	Cozinha Comunitária do Timbó ¹⁹	

Fonte: adaptado de Prefeitura de Maracanaú (2018).

De acordo com dados de 2016, há 12.826 pessoas referenciadas pelo CRAS Timbó, sendo em sua maioria mulheres (7.443 pessoas, 58% do total). A quantidade de pessoas referenciadas no município só é maior no CRAS Acaracuzinho (13.824), no CRAS Jereissati e no CRAS Pajuçara (20.749) (Maracanaú, 2016).

Relativo ao acesso à renda, as usuárias da PAS no Timbó possuem renda *per capita* moderada. “Tendo como referência as famílias [maracanauenses] inseridas no Cadastro Único no ano de 2016, a média de renda per capita dessas famílias foi de R\$212,97, sendo o território do CRAS Timbó aquele que apresenta a maior renda per capita com R\$ 297,60” (Maracanaú, 2018, p. 88).

Ainda segundo o Perfil do Cadastro Único (Maracanaú, 2016), grande maioria (cerca de 98% das famílias cadastradas) possuem rede coletora de esgoto, um bom indicador de saneamento básico. Além disso, cerca de 99,6% das famílias do território têm seu lixo coletado diretamente por um serviço adequado. A maioria das famílias também possuem acesso à energia elétrica, totalizando 98,5% com um medidor de energia próprio (Maracanaú, 2016).

Um dado interessante sobre o território é a quantidade expressiva de famílias inseridas no Cadastro Único por busca ativa. De um total de 43 novas famílias no ano de 2017, 19 (44,2%) foram inseridas por busca ativa dos profissionais do CRAS Timbó. Para a realização da busca ativa, pressupõe-se uma boa gestão do território para a localização precisa das famílias em situação de risco e de vulnerabilidade. A equipe do CRAS demonstra atenção com a gestão do território, ainda que as condições de trabalho não sejam adequadas (Maracanaú, 2018)²⁰.

20

Segundo o Diagnóstico Socioterritorial, as unidades de atendimento não contam com um carro exclusivo para a execução de suas atividades desde 2016 (sendo o carro compartilhado por mais de uma unidade), o que compromete o trabalho de busca ativa (MARACANAÚ, 2018).

Os dados aqui expostos provêm, em sua maioria, dos procedimentos de territorialização e gestão do território da PAS. Sabendo que o presente trabalho tem o objetivo de superar a dimensão física, estrutural e objetiva na caracterização dos lugares, apresento a seguir os procedimentos metodológicos (de seleção da amostra, de coleta de dados e de análise das informações) utilizados para tal.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A delimitação da amostra, bem como os outros passos deste estudo, foi amplamente discutida com as trabalhadoras do CRAS Timbó e da gestão do SUAS. Para tal tarefa, admitimos que desejávamos entender como a população do território em questão percebia seu lugar de moradia como uma forma de ter uma visão do território vivido, para além dos dados oficiais. Inicialmente, a intenção do estudo era atingir pessoas usuárias da PAS (pessoas que fizessem parte da base do Cadastro Único, que recebessem algum benefício – como o Bolsa Família, que fossem acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, entre outros).

É pertinente citar que as profissionais do CRAS Timbó trouxeram em seus discursos durante as reuniões realizadas sobre o estudo que queriam conhecer o que era “invisível” no território: o que acontece durante a noite e aos fins de semana (quando o equipamento está fechado), como as pessoas se divertem, quais equipamentos do lugar elas acessam, quais não acessam, como percebem a segurança/violência e quais os sentidos que atribuem ao seu lar/sua vizinhança. Foi alegado que conhecer essas realidades auxiliaria na identificação de situações de vulnerabilidade e de risco no território.

Sabendo disso, mudamos o escopo ampliando os limites para a delimitação da amostra. Mais importante do que investigar a relação entre as usuárias da PAS e seu lugar de moradia seria son-
dar acerca da relação dos moradores (sejam eles usuários da PAS ou não), pois ainda que não sejam usuários da PAS, os moradores elucidariam os aspectos em questão, além de colaborar com a identificação de sujeitos e famílias que poderiam ser atendidas pela PAS, porém não acessam a Política.

Para dar conta desse horizonte, decidimos por desenhar a amostra por conveniência, buscando por participantes voluntários durante horários não comerciais (noite, por exemplo) e nos mais diversos espaços do território: praças, ruas, quadras, igrejas, dentre outros pontos de encontro. O objetivo era capturar instantes da vida cotidiana da forma como ela se apresenta no território, desconstruindo a imagem dos pesquisadores como agentes do Estado²¹. Tínhamos como ideia também acessar novos sujeitos pelo método bola de neve. Nessa perspectiva, os respondentes indicariam alguém (ou um grupo, ou um local) que, segundo seus entendimentos, deveriam participar do estudo.

Assim iniciamos o estudo em campo²². Contudo, fomos surpreendidos por uma onda de ataques organizados por facções criminosas que atingiu todo o estado do Ceará²³ no início do ano de 2019.

21 Diferente da Política de Saúde, a Assistência Social não é universal e é voltada a quem dela necessitar. O perfil para a concessão de benefícios e para a participação em serviços leva em conta critérios como acesso à renda. A participação dos pesquisadores como agentes do Estado poderia inibir os respondentes e gerar resistência à declaração de alguns dados por temor de que um benefício pudesse ser cancelado ou que a participação em algum serviço fosse descontinuada a partir do que havia sido declarado. Além disso, sermos interpretados como servidores públicos poderia gerar a interpretação de que o objetivo da pesquisa era medir a qualidade dos serviços públicos ofertados, caindo no reducionismo de uma pesquisa de satisfação com relação à atuação do Estado no território.

22 Como visto no Quadro 3, as atividades tiveram início ainda em dezembro e alguns momentos da coleta de dados seguiram o protocolo inicialmente estabelecido.

23 "O que está acontecendo no Ceará? Entenda a onda de ataques no estado". Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-que-esta-acontecendo-no-ceara-entenda-a-onda-de-ataques-no-estado/>>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

Veículos e prédios estavam sendo incendiados, disseminando sentimentos de insegurança e desconfiança. Estávamos amedrontados e receosos com relação aos riscos que a abordagem descrita poderia representar, bem como temíamos pela própria pesquisa, visto que poderíamos encontrar resistência ao preenchimento dos questionários entre os respondentes dado o sentimento de insegurança.

Não demorou para que um CRAS de Maracanaú fosse incendiado²⁴. Esse acontecimento foi decisivo para que mudássemos nossa abordagem. Remetendo ao caráter intersetorial da PAS, que sinaliza que a Política deve trabalhar conjuntamente com outras políticas sociais para a superação dos riscos e das vulnerabilidades, decidimos por alcançar os respondentes por meio das políticas públicas existentes no território. Dessa forma, visitamos escolas, unidades de atendimento em saúde e equipamentos da rede socioassistencial para a realização da coleta dos dados.

A amostra foi limitada por saturação dos conteúdos encontrados nos instrumentos de coleta de dados. Encerramos a coleta de dados quando consideramos que as respostas obtidas não acrescentavam uma quantidade de informações inéditas que justificasse a continuação da aplicação do questionário da pesquisa.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como explicitado anteriormente, o instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa é o IGMA, que é um questionário estruturado a partir de questões abertas, nas quais o sujeito responde livremente, e itens sobre os quais o participante deve se posicionar

24

"Cras é incendiado em Maracanaú; veja vídeo". Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/maracanau/2019/01/cras-e-incendiado-na-tarde-desta-terca-feira-em-maracanau.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

marcando opções pré-estabelecidas. No Quadro 3 encontram-se sistematizados seus componentes na ordem em que aparecem no instrumento preconizado por Bomfim (2010; 2014).

Quadro 3 – Componentes do IGMA

Componente	Descrição
Desenho	O respondente é convidado a desenhar o que para si representa o lugar em questão. O sujeito deve ser estimulado a desenhar o que desejar, sem se preocupar com a qualidade do traço ou com a fidedignidade da representação.
Significado	O participante deve declarar detalhadamente o que significa seu desenho.
Sentimentos	O respondente é convidado a narrar detalhadamente quais sentimentos seu desenho lhe evoca. A seguir, o sujeito deve sintetizar os sentimentos que narrou em seis palavras.
Qualidades	O sujeito responde a respeito do que diria caso lhe perguntassem sobre o lugar em questão.
Metáfora	O respondente é convidado a estabelecer uma comparação entre o lugar e algo. O sujeito deve ser estimulado a comparar o ambiente com o que desejar, seja com outro lugar, com um objeto, com uma pessoa ou com uma situação.
Caminhos	O participante deve descrever dois caminhos que costuma percorrer no lugar. Para isso, deve listar ordenadamente as coordenadas, que podem ser desde ruas até quaisquer outros pontos de referência, sejam naturais ou construídos.
Engajamento em grupos	O respondente deve responder se participa/pertence ou não de/a algum grupo no lugar e, caso a resposta seja afirmativa, descrever tal grupo.
Escala de Estima de Lugar	O sujeito deve responder a uma bateria de 41 escalas do tipo Likert. Cada escala é composta por um item que é uma afirmação sobre o lugar sobre a qual o respondente deve posicionar-se de acordo com seu grau de concordância marcando um número entre 1 e 5 em uma escala numérica (onde 1 representa sua completa discordância e 5 a plena concordância).
Perfil da amostra	O participante responde a questões adicionadas pelo pesquisador com a finalidade de obter dados que caracterizem a amostra e/ou sirvam para testar correlações com os aspectos dos Mapas Afetivos e/ou da Estima de Lugar.

Fonte: elaboração própria.

É válido ressaltar que o que está contido no quadro é o instrumento original proposto por Bomfim (2010; 2014). Todavia, foram realizadas algumas alterações para adequar o instrumento à realidade e aos objetivos da pesquisa, bem como às recomendações das trabalhadoras da PAS auxiliaram na realização dos momentos de coleta de dados.

Além de sofrer alterações de diagramação, a versão do IGMA utilizada na pesquisa não contém questões relativas aos Caminhos e ao Engajamento em grupos. As alterações serão justificadas ainda na descrição da metodologia do estudo²⁵.

PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Para realizar a coleta dos dados, foi necessário pensar nos instrumentos utilizaríamos para dar conta dos objetivos propostos, bem como nos métodos pelos quais abordariamos nossos sujeitos de pesquisa. Tendo a pesquisa surgido da demanda das trabalhadoras do CRAS Timbó, dialogamos com as profissionais para construir o estudo.

Assim, iniciamos nossas atividades em campo com uma reunião com as trabalhadoras do CRAS Timbó com o propósito de apresentar o projeto de pesquisa, nosso questionário e a abordagem aos participantes; ouvir as possíveis críticas/sugestões e estabelecermos um ponto de partida para a coleta de dados. Durante o momento, as profissionais expuseram suas inquietações acerca do instrumento de coleta de dados, o IGMA. Segundo elas, o instrumento era longo demais, o que poderia enfadar os respondentes.

25

A versão do IGMA utilizada para o levantamento dos dados pode ser consultada nos anexos da monografia que deu origem a este livro, disponível no Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55634>>.

Além disso, as trabalhadoras relataram que talvez encontrássemos resistência à participação por parte dos possíveis sujeitos de pesquisa por se tratar de um questionário a ser respondido por escrito. Elas acrescentaram que há grande parte da população atendida pela PAS com pouco domínio da leitura e da escrita, bem como muitas pessoas (principalmente as mais idosas) tinham certa dificuldade em ler devido a problemas de visão.

As profissionais ainda sugeriram a inclusão de algumas perguntas no questionário para o levantamento de dados tais como gênero, idade, renda e escolaridade. Sabendo que boa parte dos moradores do Timbó não nasceram em Maracanaú, elas solicitaram também que os respondentes declarassem o lugar de onde vieram e há quanto tempo moram no bairro.

Atendendo a demandas das trabalhadoras, incluímos também uma questão para sondar se o respondente é ou não usuário da PAS. Como muitos não são afeitos a essa terminologia, decidimos perguntar se os participantes recebiam algum dos benefícios listados, a saber: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), se comprava refeições na Cozinha Comunitária ou se as recebia gratuitamente. Ainda sobre as terminologias, decidimos por utilizar a palavra “bairro” em lugar de “território” na construção das questões do IGMA.

Para sanar as questões relativas às capacidades de leitura e escrita dos participantes, foram feitas alterações na diagramação do questionário (aumento da fonte, adição de contraste) e concordamos em, caso o respondente estivesse impossibilitado de ler e/ou escrever, ler as perguntas e registrarmos as respostas por escrito. De forma a diminuir o tamanho do questionário, excluímos dois componentes, a saber: os Caminhos²⁶ e o Engajamento em grupos. Concordamos

26

Para dar conta dos caminhos, anexamos ao IGMA uma planta baixa do território (Figura 3) e solicitamos que os participantes sinalizassem no mapa pontos que contivessem algo significativo para eles. Nossa intenção foi de compilar esses dados e, juntamente com informações dos Mapas Afetivos, construir uma cartografia afetiva do bairro. O produto dessa ação ainda está em confecção.

que ambos os componentes seriam contemplados pelas perguntas restantes no questionário.

Quadro 4 – Atividades do estudo realizadas em campo

Data	Atividade
06/12/2018	Reunião com trabalhadoras do CRAS Timbó
11/12/2018	Roda de conversa e coleta de dados no CCS Timbó/Cozinha Comunitária ²⁷
18/12/2018	Roda de conversa e coleta de dados em uma rua do território
18/02/2019	Roda de conversa e coleta de dados no CRAS Timbó
11/02/2019	Reunião com trabalhadoras do CRAS Timbó
12/02/2019	Mobilização em equipamentos públicos do território
19/02/2019	Roda de conversa e coleta de dados no CRAS Timbó
25/02/2019	Entrega de material de divulgação da pesquisa e dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) nas escolas
26/02/2019	
28/02/2019	Roda de conversa e coleta de dados na Escola Adauto Ferreira Lima
18/03/2019	Reuniões com trabalhadores do Centro de Saúde Prefeito Almir Dutra
20/03/2019	
26/03/2019	Rodas de conversa e coleta de dados na Escola Adahil Barreto
08/04/2019	
06/05/2019	Reunião na sede do Instituto IDEAR
24/05/2019	Roda de conversa e coleta de dados no Instituto IDEAR
10/06/2019	Roda de conversa e coleta de dados no Centro de Saúde Prefeito Almir Dutra

Fonte: elaboração própria (2019).

Como ponto de partida da coleta de dados, as trabalhadoras indicaram que fôssemos à Cozinha Comunitária no dia 11 de dezembro de 2018 pela manhã (ver Quadro 4). Na manhã desse dia haveria uma atividade com as usuárias do equipamento na qual haveria presença massiva dos assistidos pela Cozinha. Para abordar os possíveis participantes, pensamos em algo que pudesse ser mais convidativo e que constituísse também um momento de elaboração acerca do que o IGMA solicitava. Assim, convidamos os presentes para uma roda de conversa sobre o bairro.

Durante a conversa, perguntamos aos possíveis participantes onde nasceram, onde residem, há quanto tempo moram no bairro, o que acham do Timbó, do que mais gostavam, entre outras perguntas. O momento deixou os presentes bastante à vontade e serviu como aquecimento de suas ideias a respeito do território. Após alguns minutos de conversa, apresentamos a proposta da pesquisa e perguntamos quem se voluntariaria a responder nosso questionário. Apesar da resistência de alguns, a maioria decidiu responder. Assim procedemos durante todos os momentos de coleta de dados.

Em decorrência dos ataques criminosos que atingiram o município, interrompemos as atividades em campo no mês de janeiro de 2019 e retornamos no mês seguinte ao CRAS para retomar a coleta de dados e marcar uma nova reunião para reavaliar os rumos da pesquisa (Figura 4).

Figura 4 - Reunião com trabalhadoras do GESUAS e do CRAS Timbó



Fonte: Prefeitura de Maracanaú (2019).

Em reunião, acordamos que seria mais seguro para nós e para o desenvolvimento da pesquisa que realizássemos a coleta dos dados dentro de equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde. Para tanto, fez-se necessário estabelecer contato com os responsáveis por tais equipamentos para avaliar a viabilidade das ações. Marcamos, então, de realizar uma mobilização nos equipamentos do território no dia seguinte.

Seguimos para a mobilização acompanhados de uma trabalhadora do CRAS que, além de guiar-nos, indicou os lugares nos quais fomos. Os locais visitados foram a escola de ensino infantil e fundamental Adauto Ferreira Lima, o núcleo do Instituto IDEAR²⁸ que

28

O Instituto IDEAR é uma instituição que oferece formação profissionalizante e encaminhamento ao mundo do trabalho e apesar de não constar na relação exposta no Quadro 2 oferece seus serviços no território por meio de um núcleo instalado na escola Adauto Ferreira Lima.

funciona na referida escola, a escola de ensino médio Adahil Barreto e o Centro de Saúde Prefeito Almir Dutra.

Saímos das visitas às escolas com momentos de coleta de dados agendados e contamos bastante com a ajuda dos núcleos gestores. Visto que os estudantes não são maiores de idade, retornamos às escolas com TCLEs para que os estudantes interessados em participar levassem para casa para ser assinado pelos seus responsáveis legais. Junto com os TCLEs, levamos também materiais de divulgação da proposta (cartazes e panfletos) para mobilizar os jovens e para que levassem para casa e apresentassem a proposta aos responsáveis. Participaram da pesquisa aqueles estudantes que no momento de coleta de dados aqueles estudantes estavam com o TCLE devidamente preenchido.

Quanto ao IDEAR, fomos informados que deveríamos conversar com a gestão do Instituto para recebermos permissão para coletar dados. Entramos em contato com gestores da instituição para marcar um momento de apresentação da proposta e para solicitar a autorização. Uma vez que nos identificamos como pesquisadoras da UFC/trabalhadoras da PAS e expusemos o trabalho, a gestão autorizou a coleta de dados. Foi-nos confessado que havia receio de que a pesquisa estivesse sendo realizada com finalidade de servir como promoção de figuras político-partidárias e que, dado o caráter do trabalho, poderíamos prosseguir.

O contato com o Centro de Saúde foi mais moroso: tivemos de realizar mais duas reuniões para acertar um momento de coleta de dados, pois houve dificuldade em conciliar agendas, além da substituição de profissionais da gestão da unidade (que implicou a necessidade de mais momentos de apresentação da proposta). Estabelecido o contato, convidamos Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) para um momento de coleta de dados e com elas encerramos esse procedimento.

OBSERVÂNCIA AOS ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DE PESQUISA

Ressalto neste tópico que a proposta de pesquisa adequa-se aos princípios éticos de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, garantindo as responsabilidades dos pesquisadores e direitos dos participantes, conforme as resoluções de números 466 de 2012 e número 510 de 2016.

Todos os participantes assinaram o TCLE, que versou sobre a proposta da pesquisa, sobre possíveis riscos e benefícios decorrentes desta, bem como sobre os direitos dos participantes e os deveres dos pesquisadores responsáveis. Em caso de participação de crianças e de adolescentes, contamos com a assinatura de seus responsáveis legais.

O anonimato dos participantes foi mantido durante todo o processo. Os TCLEs são os únicos documentos em que há identificação e estão armazenados separadamente dos instrumentos de coleta de dados. Ademais, nenhum respondente será identificado durante a caracterização da amostra ou durante a apresentação dos resultados.

Acrescento ainda que todos os instrumentos de coleta de dados e TCLEs estão armazenados em local seguro e de acesso privativo aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento das informações coletadas dos sujeitos de pesquisa, todos os IGMAs foram transformados em arquivos digitais

(os desenhos passaram por digitalização e as respostas escritas pelos participantes foram digitadas). Como há respostas de naturezas diferentes, utilizo metodologias de análise de dados também distintas.

A Escala de Estima de Lugar (EEL) é composta por 41 itens que se dividem entre dois fatores. São eles:

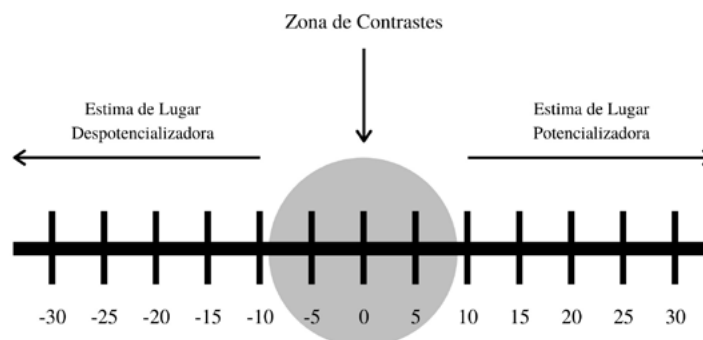
- a. O Fator I, que agrega os itens que medem a Estima de Lugar potencializadora relacionada às imagens afetivas de Agradabilidade e de Pertencimento;
- b. O Fator II, que reúne os itens que mensuram a Estima de Lugar despotencializadora relacionada às imagens afetivas de Insegurança e de Destruição.

A partir das respostas da EEL é calculado o Índice de Estima de Lugar (IEL), que mede a avaliação que o sujeito apresenta sobre o ambiente e sua implicação no lugar, servindo de dado complementar aos Mapas Afetivos e à própria Estima de Lugar. Para calculá-lo, subtrai-se o somatório dos escores obtidos das respostas aos itens do Fator II do somatório dos escores obtidos das respostas aos itens do Fator I. A operação pode ser sintetizada na fórmula a seguir:

$$IEL = \Sigma \text{ Fator I} - \Sigma \text{ Fator II}$$

Haja visto que a EEL possui dois fatores, o IEL é classificado a partir de duas categorias de Estima de Lugar: a potencializadora e a despotencializadora. Quando o IEL é maior que zero, há a prevalência de uma Estima potencializadora. Se o IEL for menor que zero, trata-se de uma Estima despotencializadora. Há ainda a possibilidade de, sendo um número próximo a zero, o IEL apontar Contrastes nos quais a classificação em Estima potencializadora e Estima despotencializadora é imprecisa por conta da confluência de aspectos potencializadores e despotencializadores (Bomfim *et al.*, 2014).

Figura 5 – Classificação do IEL



Fonte: elaboração própria.

A análise das respostas livres (relativas ao desenho, ao significado, aos sentimentos, às qualidades e à metáfora) foram analisadas segundo a análise de conteúdo categorial (Bardin, 1977; Bomfim *et al.*, 2019), que consiste em uma metodologia qualitativa que se estrutura a partir de duas etapas, a saber:

- a) Codificação: É a fase onde se transformam os dados brutos em dados úteis por meio dos processos de fragmentação de texto e b) Categorização: Consiste em estabelecer uma diferenciação e condensação por meio de classificação de unidades. Isto é feito por intermédio de um quadro para a visualização dos dados obtidos (Bomfim *et al.*, 2019).

Conforme exposto, a categorização é feita a partir da construção de quadros categóricos. É nestes quadros que apresento os Mapas Afetivos é por meio deles que são apontadas as imagens afetivas que compõem as Estimativas de Lugar. Consta no Quadro 5 um modelo de quadro categórico.

Quadro 5 – Modelo de quadro categórico

Identificação	Desenho		Significado
Nº de identificação do sujeito; IEL; Imagem Afetiva predominante; Estrutura do desenho.	Imagem digitalizada do desenho realizado pelo participante. É classificado de acordo com sua <i>estrutura</i> , que pode ser <i>cognitiva</i> (se aludir a aspectos apreensíveis pelos órgãos dos sentidos) ou <i>metafórica</i> (caso se refira a elementos representacionais e simbólicos).		<i>Significado do desenho</i> declarado pelo sujeito.
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
<i>Síntese dos sentimentos e das emoções</i> listadas e descritas pelo sujeito.	<i>Avaliação e valoração do ambiente</i> pelo sujeito a partir de <i>atributos</i> .	<i>Comparação</i> estabelecida pelo sujeito entre o lugar em questão e algo.	<i>Articulação de sentidos</i> realizada pelo investigador que caracteriza a relação sujeito-lugar a partir dos elementos anteriores.

Fonte: adaptado de Bomfim (2010).



4

**UMA LEITURA
DO TERRITÓRIO
A PARTIR DOS MAPAS
AFETIVOS**

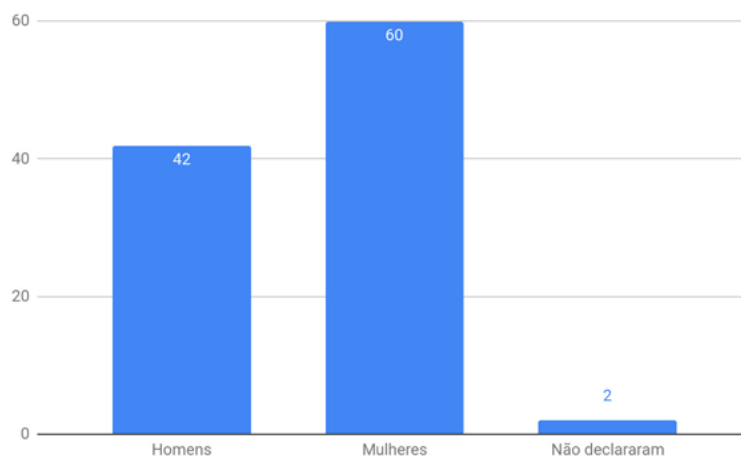
Concluído o percurso metodológico, apresento os resultados obtidos e as discussões resultantes das interpretações e das inferências traçadas. Nos subtópicos seguintes, abordo a caracterização da amostra, a sistematização dos Índices de Estima de Lugar, os mapas afetivos e suas respectivas imagens afetivas, bem como os apontamentos sobre as estratégias de territorialização da PAS.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra final é composta por 104 sujeitos. A seguir, exponho como os respondentes são classificados a partir de gênero, escolaridade, renda *per capita*, lugar de origem, tempo de moradia no território e uso da PAS utilizando estatística descritiva.

No Gráfico 1 é possível visualizar a distribuição de respondentes por gênero. A maioria dos participantes (57,7%) é composta por mulheres, enquanto os homens constituem 40,4%. Ainda há um percentual de 1,9% que não declararam seu gênero.

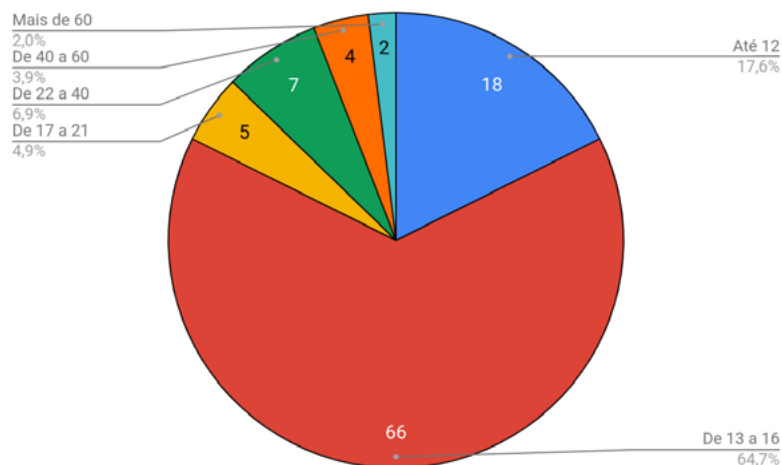
Gráfico 1 – Número de respondentes por gênero



Fonte: elaboração própria (2019).

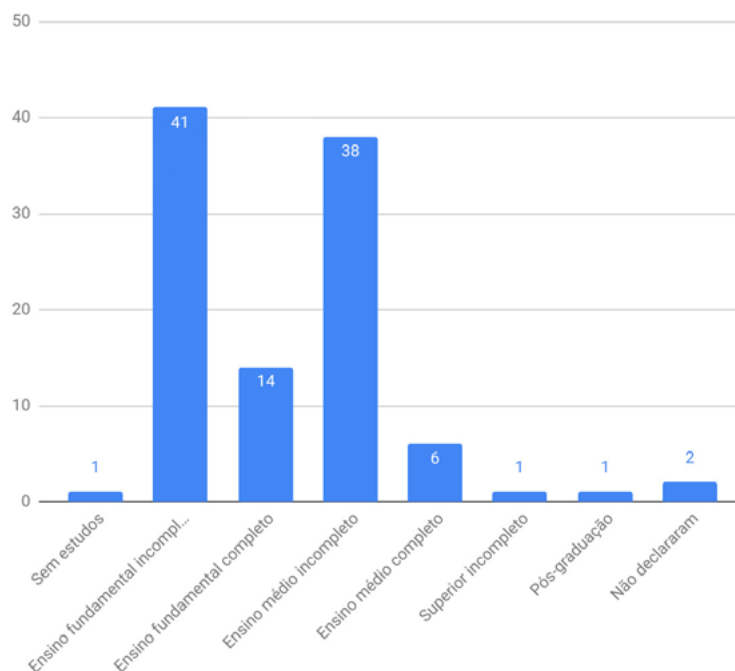
Quanto à idade (Gráfico 2), a grande maioria dos respondentes possui até 16 anos (82,3%). Justifico esse dado pelo grande volume de questionários respondidos pelos alunos das escolas de ensino fundamental e médio. A categoria de respondentes que possuem mais de 60 anos concentra a menor porcentagem de sujeitos (2%).

Gráfico 2 – Porcentagem de respondentes por idade (em anos)



Fonte: elaboração própria.

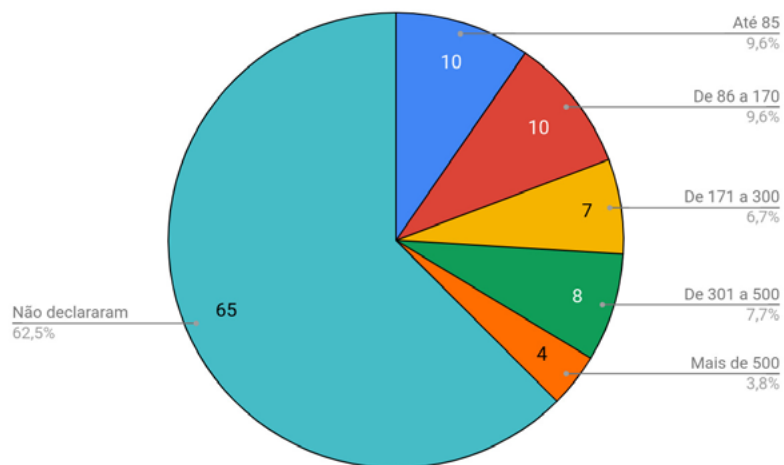
Quanto ao grau de escolaridade (Gráfico 3), a maioria dos respondentes concentram-se nos setores "Ensino fundamental incompleto" (39,4%) e "Ensino médio incompleto" (36,5%). Atribuo tal perfil dado o volume de respondentes oriundos de escolas de ensino fundamental e médio.

Gráfico 3 – Número de respondentes por escolaridade

Fonte: elaboração própria.

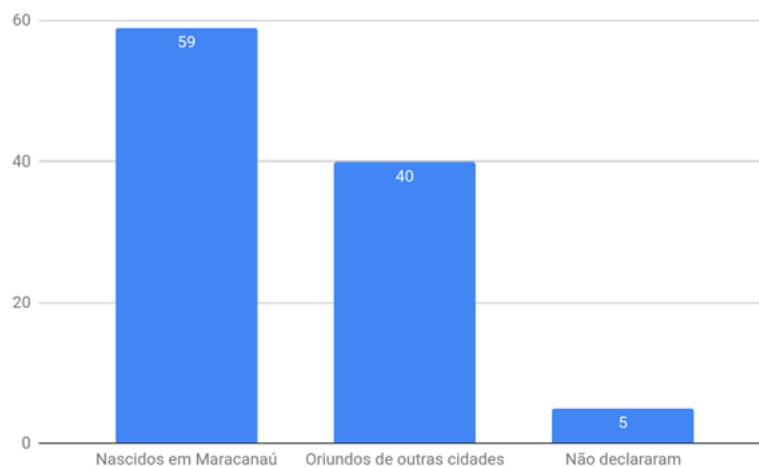
Conforme o Gráfico 4, a maior parte dos respondentes escolheu não declarar sua renda. Foram maioria entre os que declararam renda aqueles que vivem com até R\$170 por mês, valor menor do que $\frac{1}{3}$ do salário mínimo (atualmente cotado em R\$998).

Gráfico 4 – Porcentagem de respondentes por renda *per capita* (em R\$)



Fonte: elaboração própria.

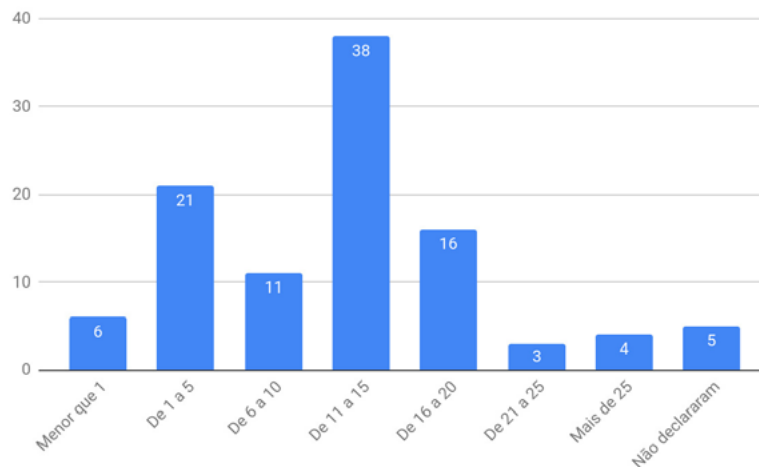
No tangente ao lugar de origem dos respondentes (Gráfico 5), a maioria (56,7%) declarou ser natural do município de Maracanaú. Porém, é expressiva a porcentagem de sujeitos que são oriundos de fora do município (38,5%). Há ainda o percentual de 4,8% que não declararam seu lugar de origem.

Gráfico 5 – Número de respondentes por lugar de origem

Fonte: elaboração própria.

Sobre o tempo de moradia dos respondentes (Gráfico 6), há uma quantidade considerável de sujeitos há no máximo dez anos (36,5%). Considerando que o respondente mais jovem possui onze anos, este dado corrobora o número de sujeitos nascidos em outros lugares.

Gráfico 6 – Número de respondentes por tempo de moradia (em anos)

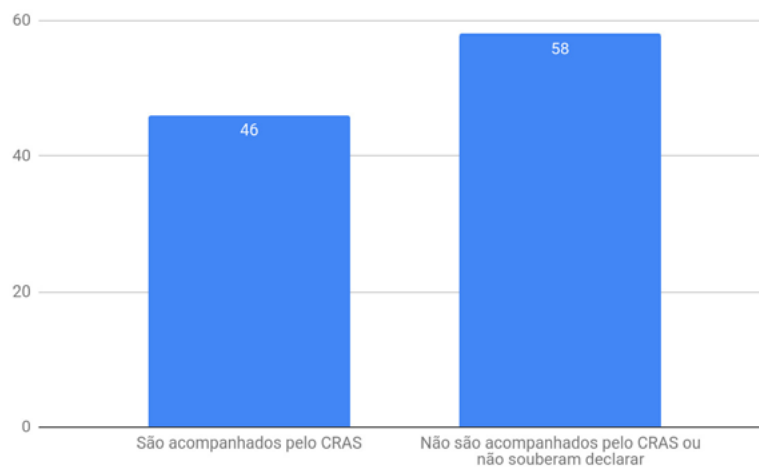


Fonte: elaboração própria.

No Gráfico 7 é possível observar a distribuição dos sujeitos de acordo com o uso da PAS. A maioria dos respondentes (55,8%) não marcou nenhum dos serviços/benefícios listados no IGMA. Isso significa que a maior parte dos participantes não é acompanhado pelo CRAS Timbó ou, se é, não sabe informar²⁹. Apesar disso, um número significativo (correspondente a 44,2%) dos respondentes declarou ser atendido por algum serviço/receber algum benefício.

29

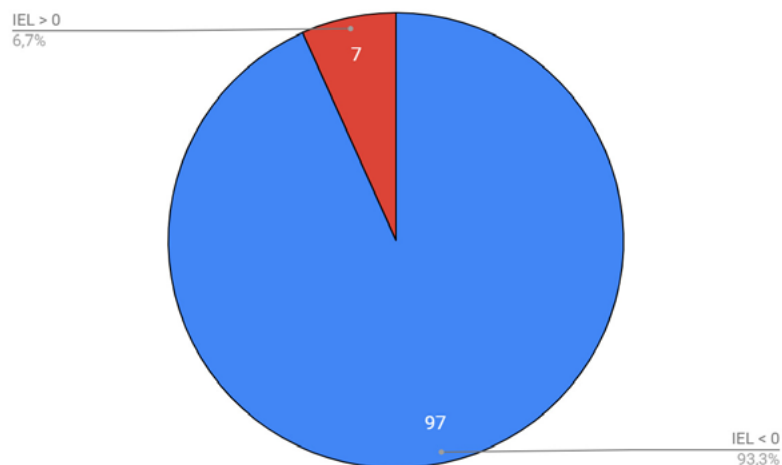
O grande número de respondentes crianças e adolescentes pode ser responsável por uma subnotificação de acompanhamentos pelo CRAS, visto que muitos podem desconhecer a PAS e suas terminologias.

Gráfico 7 – Número de respondentes por acompanhamento do CRAS

Fonte: elaboração própria.

ASPECTOS DO ÍNDICE DE ESTIMA DE LUGAR

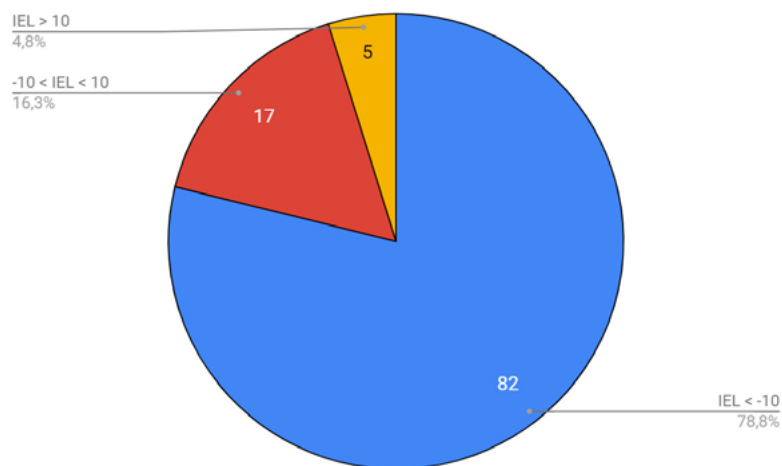
Os resultados referentes ao cálculo do IEL apontam a prevalência de uma Estima de Lugar despotencializadora ($IEL < 0$) entre os respondentes. Apenas 6,7% dos sujeitos obtiveram IEL maior que zero, o que predispõe uma Estima de Lugar potencializadora (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 – Porcentagem de participantes por Estima de Lugar

Fonte: elaboração própria.

Se considerarmos o intervalo de IELs entre -10 e 10 como uma zona de Contrastes, temos um número menor ainda de participantes que manifestam uma Estima de lugar potencializadora (apenas cinco). Em contrapartida, 16,3% dos respondentes expressam uma Estima de lugar pouco consolidada, o que abre mais espaço para intervenções para potencializar a implicação dos sujeitos em seu lugar de moradia (ver Gráfico 9).

**Gráfico 9 – Porcentagem de participantes por Estima de Lugar
(considerando os Contrastes)**



Fonte: elaboração própria.

Para a apresentação dos dados referentes ao IEL, foram calculadas as médias dos Índices de acordo com a classificação da amostra apresentada no subtópico 4.1. A intenção é mostrar como o IEL se comporta de acordo com cada estrato da amostra. Em um panorama geral, a média dos IEL da amostra (-24,9) aponta uma Estima despotencializadora dos sujeitos.

Na tabela abaixo (Tabela 1) vê-se a média dos IEL por gênero. Apesar de não muito significativa, há diferença entre as médias por gênero, sendo as médias das participantes mulheres menor que a dos participantes homens. A menor média, porém, é a dos sujeitos que não declararam seu gênero.

Tabela 1 – Média dos IEL por gênero

Gênero	Média IEL
Feminino	-26,5
Masculino	-21,7
Não declarado	-43,5
Amostra total	-24,9

Fonte: elaboração própria.

Com relação ao nível de escolaridade, é possível observar na Tabela 2 que, dentre os respondentes que declararam sua escolaridade, os que possuem ensino fundamental incompleto manifestam a menor média dos IEL³⁰.

Tabela 2 – Média dos IEL por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Média IEL
Sem estudos	-1
Ensino fundamental incompleto	-29,6
Ensino fundamental completo	-20,2
Ensino médio incompleto	-24,5
Ensino médio completo	-20,5
Ensino superior incompleto	-33
Pós-graduação	-46
Não declarada	-39
Amostra total	-24,9

Fonte: elaboração própria.

30

Não foram levados em consideração os estratos correspondentes às classificações "Sem estudo", "Ensino superior incompleto" e "Pós-graduação" por haver apenas um sujeito em cada.

Na Tabela 3 vemos o IEL médio dos sujeitos de acordo com a origem declarada. Vê-se que quase não há diferença. Ambas as médias, além de próximas entre si, encontram-se próximas à média dos IEL da amostra (-24,9).

Tabela 3 – Média dos IEL por lugar de origem

Lugar de origem	Média IEL
Nascidos em Maracanaú	-25,5
Oriundos de outras cidades	-25,2
Não declarada	-19,2
Amostra total	-24,9

Fonte: elaboração própria.

Ao tratar dos respondentes por tempo de moradia (Tabela 4), é visualizado que as médias mais baixas dos IEL encontram-se entre os que moram há menos tempo no território (com exceção dos que moram no Timbó há entre um e cinco anos). Entre os que moram há mais tempo, a média dos IEL é menor no estrato dos que moram há mais de 25 anos no bairro.

Tabela 4 – Média dos IEL por tempo de moradia

Tempo de moradia (em anos)	Média IEL
Menor que 1	-33
De 1 a 5	-22,4
De 6 a 10	-32,54
De 11 a 15	-23,9
De 16 a 20	-20,5
De 21 a 25	-20,7

Tempo de moradia (em anos)	Média IEL
Mais de 25	-27,5
Não declarado	-32,8
Amostra total	-24,9

Fonte: elaboração própria.

Quanto à renda *per capita* (Tabela 5), os sujeitos com maior renda possuem a média dos IEL mais baixa (-45,3). Logo em seguida estão os setores com renda mais baixa (até R\$170). Vale frisar que são os sujeitos com menor renda um público prioritário na PAS.

Tabela 5 – Média dos IEL por renda *per capita*

Renda <i>per capita</i> (em R\$)	Média IEL
Até 85	-24,7
De 86 a 170	-33,2
De 171 a 300	-19,7
De 301 a 500	-23,5
Mais de 500	-45,3
Não declarada	-23,1
Amostra total	-24,9

Fonte: elaboração própria

Por último, relacionamos os IEL com a participação dos respondentes na PAS. Na Tabela 6 é observado que é entre os usuários da Assistência Social que há a menor média dos IEL. Esta categoria compartilha sujeitos com as classificações de menor renda *per capita*, cujas médias de IEL foram expostas na Tabela 5.

Tabela 6 – Média dos IEL por participação na PAS

Participação na PAS	Média IEL
São acompanhados pelo CRAS	-29,3
Não são acompanhados pelo CRAS ou não souberam declarar	-23,3
Amostra total	-24,9

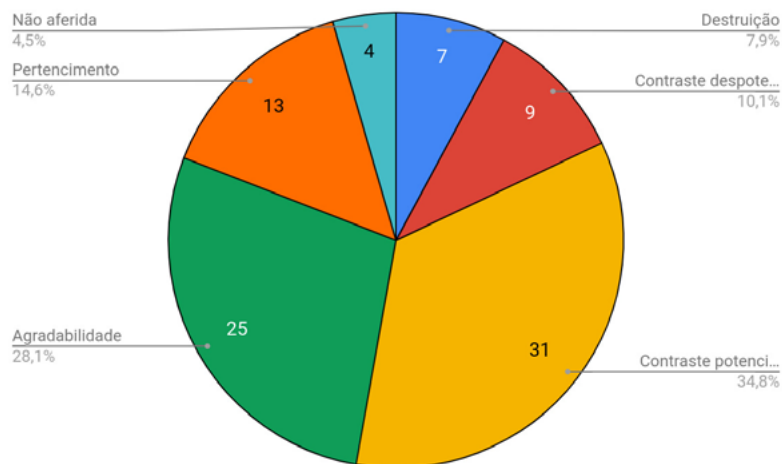
Fonte: elaboração própria.

MAPAS AFETIVOS E SUAS IMAGENS

A construção dos mapas afetivos permitiu entender em detalhes aspectos das relações dos moradores do território do Timbó com o lugar de moradia. A partir da classificação dos aspectos desvelados foram traçadas as Imagens Afetivas (ver Quadro 1) manifestadas pelos sujeitos sobre o bairro. Cada Mapa Afetivo pode conter múltiplas Imagens Afetivas, porém destacarei apenas a imagem prevalente de cada Mapa.

Levando em consideração a imagem afetiva predominante em cada Mapa Afetivo, apresento a distribuição de sujeitos por Imagem (Gráfico 10). É válido ressaltar que quatro sujeitos não tiveram sua imagem predominante aferida por falta de elementos declarados no IGMA, o que impossibilitou sua análise.

Gráfico 10 – Percentual de respondentes por imagem afetiva



Fonte: elaboração própria.

A seguir apresento como cada Imagem é composta a partir dos valores, das percepções, dos sentimentos e das emoções atribuídos ao Timbó pelos sujeitos. Início pela Insegurança, que foi construída a partir de imagens da violência (principalmente originada pelo tráfico de drogas e pela consequente guerra ao tráfico construída para combatê-lo), ocasionando sentimentos de medo, pavor, insegurança e desconfiança. Os vizinhos também surgem como fatores de insegurança, sendo por muitas vezes pessoas em que não se deve confiar. Como exemplo disso, temos o mapa afetivo a seguir (Quadro 6).

Quadro 6 – Mapa afetivo 63

Identificação	Desenho		Significado
Nº 63 IEL: -34 Imagem: Insegurança Estrutura do desenho: Cognitivo			"Meu bairro. Pode não parecer, mas no meio dessa confusão estou deitada na rede em casa".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Violência, tristeza, felicidade (por não morrer), medo, insegurança e pavor	"É bom, mas tem muita violência".	"Com uma caçamba de lixo, porque o Timbó é lixo e só tem gente lixo".	O Timbó caçamba de lixo é aquele caracterizado pela imagem de <i>Insegurança</i> . A felicidade está na sobrevivência. O medo, a insegurança e o pavor geram vínculos frágeis com a vizinhança, restando apenas o lar como lugar de confiança.

Fonte: elaboração própria.

Outra imagem afetiva surgida é a Destruição, que nos mapas afetivos dos moradores do Timbó surge como a expressão do descaso e do abandono do lugar pelo poder público que se traduz em falhas na infraestrutura urbana (principalmente relacionadas ao saneamento básico, sendo o Timbó citado como lamacento e fedorento por muitos respondentes) e na garantia de outros direitos como a segurança. A percepção de descaso e de abandono alimenta sentimentos como raiva, indignação e tristeza (Quadro 7).

Quadro 7 – Mapa afetivo 85

Identificação	Desenho		Significado
Nº 85 IEL: -41 Imagem: Destruição Estrutura do desenho: Cognitivo			"Mostrar o abandono com a nossa praça, quis mostrar lá a falta de segurança."
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Tristeza, raiva, vergonha e indignação.	"É um bairro bom, já vi piores, mas podia ser melhor".	"Com os sem terra, pois estamos abandonados".	O Timbó dos sem terra promove a sensação de abandono, gerando tristeza, raiva e vergonha, caracterizando assim a imagem de <i>Destruição</i> .

Fonte: elaboração própria.

Apresento a seguir a imagem de Contrastes. Como explicitado anteriormente, os Contrastes surgem da confluência de aspectos potencializadores e despotencializadores. Nos mapas afetivos dos moradores do Timbó a imagem de Contrastes prevaleceu entre a maioria dos respondentes. Isso acontece por conta da capacidade em reconhecer aspectos valorados como bons e outros como ruins, bem como ser capaz de sentir afeição e repulsa pelos ambientes. Conforme vemos no Quadro 8, essas posturas são marcadas textualmente pelo uso de conjunções adversativas como “mas”, “porém” e etc.

Quadro 8 – Mapa Afetivo 111

Identificação	Desenho		Significado
Nº 111 IEL: -16 Imagem: Contraste potencializador Estrutura do desenho: Metafórico			"Um lugar feliz, divertido que em algumas situações me fazem bem, mas em outras triste de choro".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Alegria; tristeza; carinho; simplicidade, afeto; sofrimento; felicidade e amor.	"Acho um lugar às vezes deteriorado, mas que mesmo com alguns outros problemas eu gosto".	"Chocolate e kiwi, pois são dois alimentos gostosos, tipo o chocolate, ele em outras palavras adoça a vida e o kiwi deixa mais azeda".	O Timbó que é chocolate e é kiwi promove <i>Contraste potencializador</i> por proporcionar diversão, ainda que seja percebido como deteriorado e que desperte também tristeza e sofrimento. Apesar disso, é lugar de amor e felicidade.

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 9 é possível visualizar como os sujeitos manifestam os Contrastes relacionando-os às características atribuídas ao bairro. Se segurança e saneamento básico são apontados como falhos, as políticas de educação, de saúde, de assistência social e de habitação são notadas como eficientes e surgem como fatores potencializadores das relações dos sujeitos com o território. É comum que os Contrastes surjam também de recortes feitos no território, a exemplo do mapa afetivo que segue, no qual o sujeito elege sua escola e o *shopping* como o bairro bom e do qual vale a pena se falar sobre, excluindo o resto do território de suas considerações.

Quadro 9 – Mapa afetivo 101

Identificação	Desenho		Significado
Nº 101 IEL: -37 Imagem: Contraste potencializador Estrutura do desenho: Cognitivo			"Que no Timbó, o único sentimento que tenho é a escola e o shopping, porque eu faço curso e na escola eu estudo e aprendo".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Amor, conhecimento, aprendizagem, cultura, amizade e companheirismo.	"Diria que as escolas são boas, menos as ruas e o mau cheiro, buracos, esgotos que fedem etc, mas a educação é boa".	"Com as escolas, porque as escolas são boas, menos o bairro."	O Timbó escola é lugar de conhecimento e aprendizagem, onde a escola proporciona contato com a cultura e promove amizade, companheirismo e amor, ainda que o restante do bairro não tenha as mesmas características, o que caracteriza a imagem de <i>Contraste potencializador</i> .

Fonte: elaboração própria.

Como explicitado anteriormente, os Contrastes possuem uma face potencializadora e outra despotencializadora. Eles podem ser despotencializadores quando inibem a ação do sujeito em seu território, desimplicando-o com a realidade. Por outra via, pode

ser potencializador quando promove o engajamento do indivíduo em lugares e sua implicação nas causas afetas à realidade do território. O Contraste Potencializador encontra-se exemplificado no Quadro 10, no qual o sujeito reconhece as falhas presentes no bairro, aponta possíveis soluções partindo de uma indignação que não promove apenas resignação.

Quadro 10 – Mapa afetivo 76

Identificação	Desenho		Significado
Nº 76 IEL: -35 Imagem: Contraste potencializador Estrutura do desenho: Metafórico			"Que como o cacto tem espinhos, o Timbó tem seus defeitos, porém como a flor tem suas qualidades".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Crítica, receio, esperança e vivacidade.	"Que ele é um pouco desestruturado, que o governo quer esconder os problemas proporcionando festas que ele paga com dinheiro dos trabalhadores que não tem poder sobre nem 5% dele, mas dá pra se viver".	"Lixo, porque é só isso que tem nos cantos do Timbó e dá pra fazer reciclagem".	O Timbó lixo é como materiais descartados que apesar de não parecerem bons podem ser reutilizados e reciclados, evidenciando a imagem de <i>Contraste potencializador</i> .

Fonte: elaboração própria.

Quanto à Imagem de Agradabilidade, esta surge principalmente associada às oportunidades que o bairro oferece. Em sua maior parte, essas oportunidades são ofertadas por instituições públicas unidades de atendimento em saúde e em assistência social. Dentre as oportunidades destacadas, destacam-se as ofertadas pela escola (possibilidade de aquisição de conhecimentos e transformação da realidade por meio dos estudos, como demonstrado no Quadro 11) e pelas políticas de habitação (possibilidade de alcançar a casa própria).

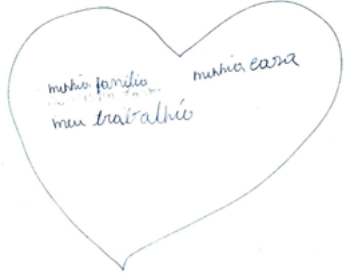
Quadro 11 – Mapa afetivo 67

Identificação	Desenho		Significado
Nº 67 IEL: -9 Imagem: Agradabilidade Estrutura do desenho: Cognitivo			"A escola que eu estudo, e eu gosto muito dessa escola".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Amor, felicidade, segurança, paz, amizade e alegria.	"Uma escola muito boa, que sem ela eu não tinha onde estudar".	"Compararia com a favela da Rocinha".	O Timbó favela da Rocinha promove a imagem de <i>Agradabilidade</i> , pois é um lugar onde sentimentos como paz e alegria são manifestos, bem como são reconhecidas as oportunidades presentes no território.

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 12 permite a visualização da Agradabilidade relacionada à posse da casa própria. Para o respondente o bairro é praticamente o seu lar, destacando a posse da casa, a presença da família e a possibilidade de conseguir um emprego e acesso à renda pela presença no território. A tranquilidade também surge como fator de Agradabilidade, sendo o território-casa caracterizado como tranquilo e a violência condicionada às relações construídas entre os moradores.

Quadro 12 – Mapa Afetivo 24

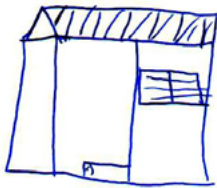
Identificação	Desenho		Significado
Nº 24 IEL: 23 Imagem: Agradabilidade Estrutura do desenho: Cognitivo			"Quis mostrar que eu gosto daqui: a família que tá junto, a casa que Deus me deu e o meu trabalho que um dia Deus vai abrir a porta".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Força, coragem e saúde.	"Uma cidade boa, tranquila, porque a gente que faz a nossa moradia e escolhe com quem vai se relacionar. Falo com todo mundo".	"Com o documento da minha casa, pois o Timbó representa a minha casa".	O Timbó "documento da minha casa" é lugar de Agradabilidade por promover moradia digna e a esperança de inserção no mundo do trabalho. A satisfação com o território é manifesta pelos sentimentos de força, coragem e saúde.

Fonte: elaboração própria.

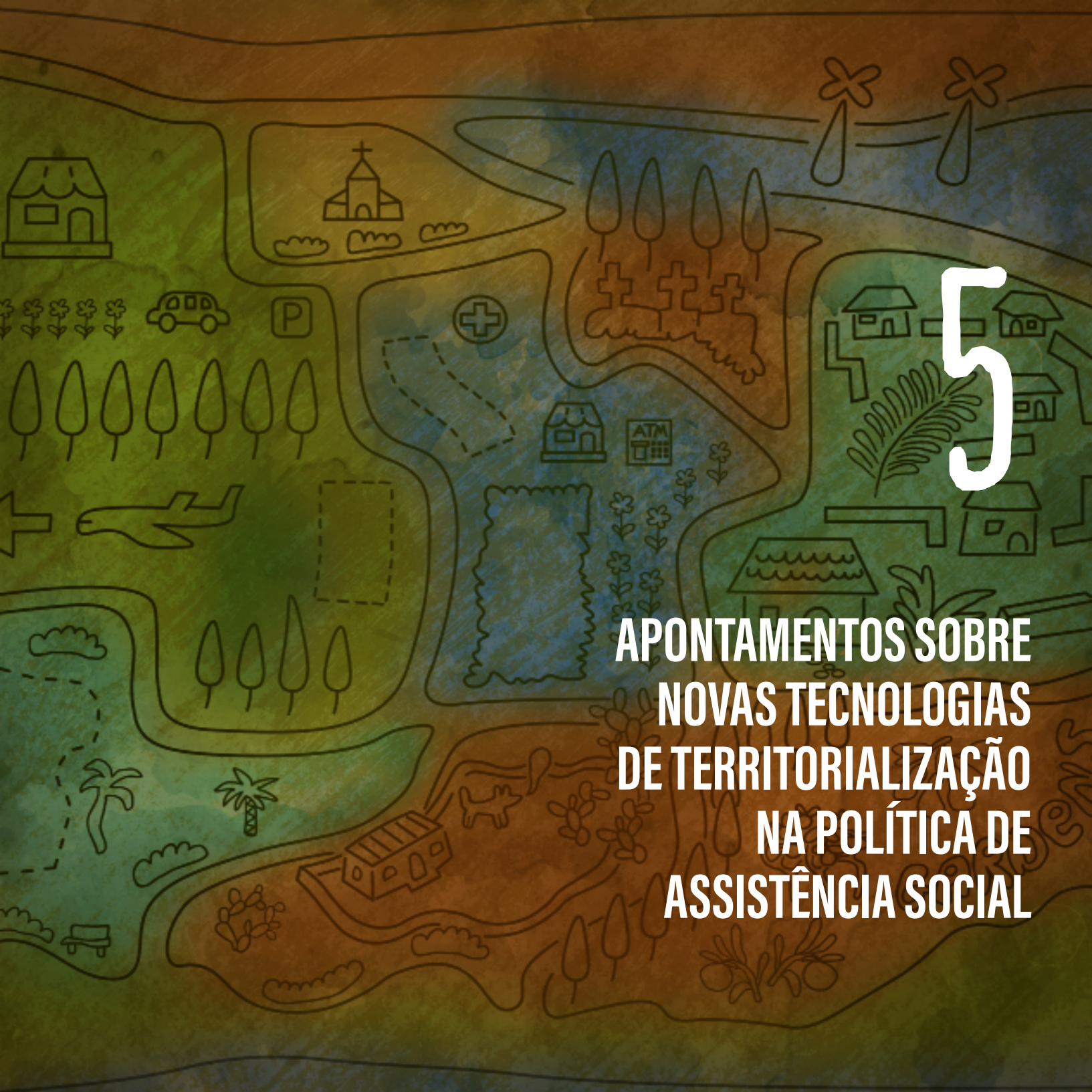
Abordo por último a imagem de Pertencimento. No presente estudo, o Pertencimento surge de imagens de identificação, de pertença e de apego com o território, tendo como elemento principal disso o próprio lar (objetiva ou metaforicamente). Ora o Pertencimento é manifestado com relação ao lar, à residência, ora a Imagem surge nas declarações de que o bairro é como uma casa para o respondente.

É possível verificar tal fato no Quadro 13. Ademais, é fator importante para a emergência de Pertencimento o laço social expresso nas relações interpessoais travadas no território, sejam elas de natureza familiar, comunitária (relações de vizinhança, formação de grupos religiosos ou de quaisquer outros tipos, interação com os agentes do Estado no território).

Quadro 13 – Mapa afetivo 110

Identificação	Desenho		Significado
Nº 110 IEL: -15 Imagem: Pertencimento Estrutura do desenho: Cognitivo	onde você mora. MINHA CASA 		"Que minha casa é o mais importante pra mim, porque eu não saio de casa".
Sentimentos	Qualidades	Metáfora	Sentido
Amor, família e diversão.	"Que não é muito tranquilo, precisa de policiamento".	"Minha casa, por causa que meus amigos vivem lá".	O Timbó que é "minha casa" é lugar de <i>Pertencimento</i> , onde prevalece o amor, a família, a amizade, e, por isso, precisa de proteção.

Fonte: elaboração própria.



5

**APONTAMENTOS SOBRE
NOVAS TECNOLOGIAS
DE TERRITORIALIZAÇÃO
NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Como visto a partir dos dados obtidos, são diversos os fatores de proteção e de vulnerabilização da população estudada. Tais fatores muitas vezes escapam ao cotidiano profissional das trabalhadoras que se encontram no CRAS, pois as intensas rotinas de trabalho dentro do equipamento pouco permitem que a profissional esteja inserida no território de forma mais participativa e humanizada.

Apesar disso, a construção de Mapas Afetivos apresentou-se como uma ferramenta profícua para a realização de levantamento e interpretação de dados sobre os territórios nos quais os CRAS – unidades de atendimento territorializadas da PAS – se inserem. Em minha compreensão, tal fato é tão importante que destaco aspectos da construção metodológica do estudo também como resultados encontrados.

Dessa forma, agrego aos resultados considerações acerca do processo de territorialização e de gestão do território que o presente estudo evoca. Em primeiro lugar, o baixo custo da metodologia empregada torna possível a realização de estudos similares em outros territórios dentro do próprio município.

Além disso, o percurso metodológico revela aspectos do alcance da PAS no território. Ainda que tenha sido citada apenas relacionada a valores e atributos positivos, a PAS conta com um baixo número de citações nos questionários respondidos. A partir da construção dos Mapas Afetivos e da aferição da Estima de Lugar é possível pensar, então, em estratégias pedagógicas que ampliem os conhecimentos e as atitudes da população acerca dos seus direitos socioassistenciais.

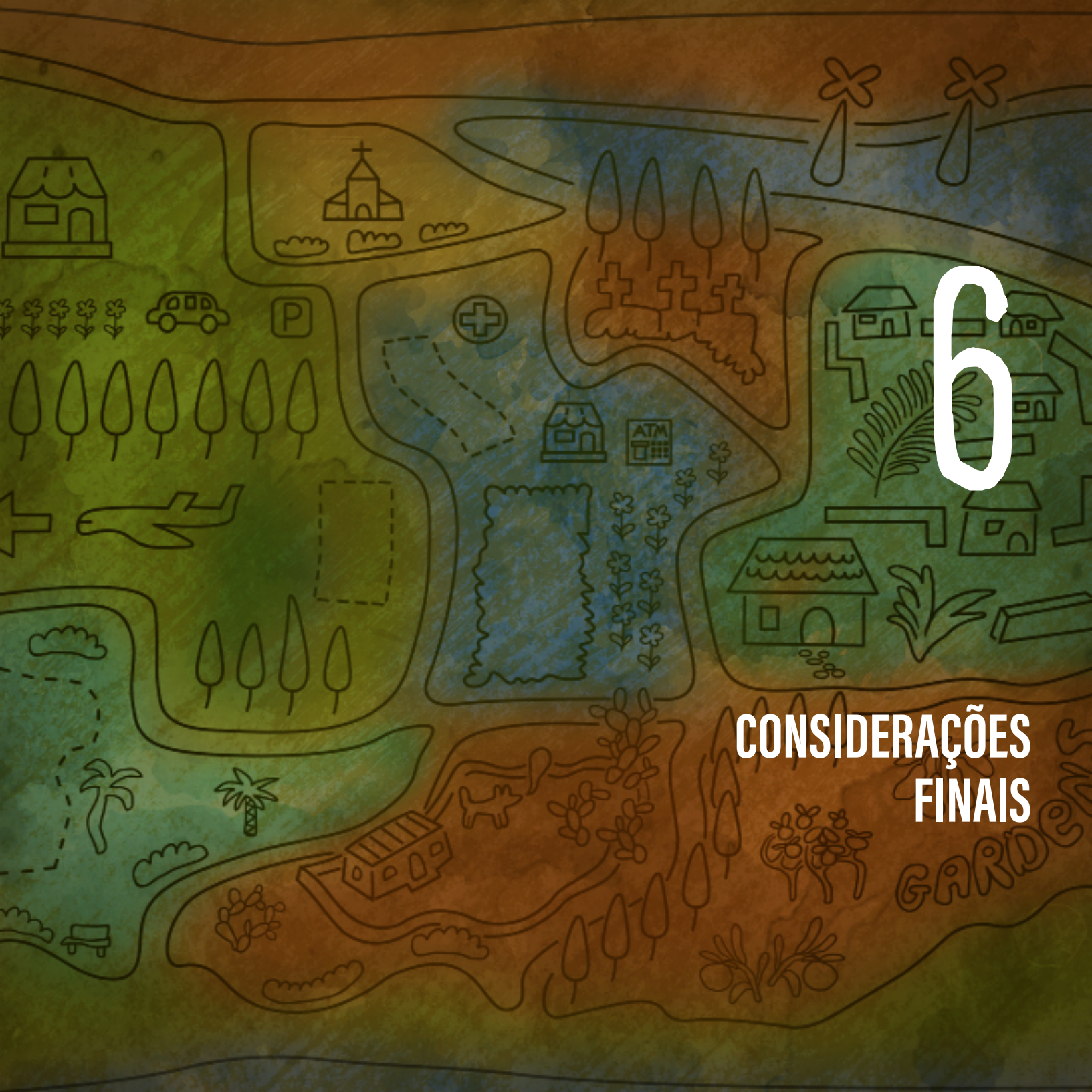
Eleger a Afetividade como categoria de leitura da relação morador-território desestabiliza a noção do CRAS apenas como lugar de reivindicação, abrindo a possibilidade para que a unidade seja também lugar de construções coletivas para os problemas apresentados pelas realidades cotidianas da população referenciada. Isso porque a expressão dos sentimentos, das emoções, das percepções

e das representações acerca do território permitiu que fossem visualizados os contentamentos e os descontentamentos e o que consideram certo ou errado em sua realidade, bem como o engajamento com as soluções para os problemas apresentados.

Assim, a construção dos mapas afetivos e a aferição da estima de lugar procede de acordo com as determinações profissionais do psicólogo atuante em CRAS, pois "a atuação do psicólogo deve se apoiar em investigações sobre essas situações no território de abrangência do CRAS (Brasil, 2007 *apud* Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 28) sendo necessário para isso o "reconhecimento da realidade local, na sua complexidade, nas suas brechas, nas suas possibilidades de alterar o que está posto" (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 18).

Concluo ressaltando que tecnologias como a empregadas na realização deste trabalho abrem espaço para o fortalecimento da atuação em Psicologia nos CRAS não apenas nos espaços intramuros da unidade, mas também nas veredas do território. Atuar tendo como horizonte o território, e não apenas indivíduos e/ou famílias, também é cumprir com as recomendações previstas nos manuais, que destacam que se deve

Valorizar a experiência subjetiva do indivíduo contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade e seu poder pessoal. Operando no campo simbólico e afetivo-emocional da expressividade e da interpretação dialógica, com vistas ao fortalecimento pessoal, pode-se desenvolver condições subjetivas de inserção social (Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 23).



6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GARDEN

O presente trabalho apresentou a construção de uma pesquisa cujo objetivo principal foi levantar a dinâmica afetiva de moradores do bairro Timbó no município de Maracanaú, no Ceará. Com o cumprimento de tal objetivo, era esperado que fosse possível a discussão sobre novas estratégias de territorialização e de gestão de território na PAS que contemplem mais do que aspectos da realidade objetiva presentes nos dados oficiais sobre os territórios.

Dessa forma, utilizei a construção de mapas afetivos e a aferição da estima de lugar como principal arcabouço teórico-metodológico para o levantamento das dinâmicas afetivas dos sujeitos moradores do Timbó. Tal feito deve-se ao fato de que a afetividade, principal lente utilizada para a leitura da realidade nesta perspectiva, compreende a multiplicidade de fatores que desejava alcançar com o presente estudo.

Uma vez levantadas as dinâmicas afetivas dos moradores do Timbó, estas foram relacionadas com aspectos do bairro citados pelos próprios respondentes, como características da infraestrutura urbana e a oferta de serviços públicos no território. Com isso, o estudo permitiu verificar como a relação dos moradores com seu lugar de moradia e como essa relação pode promover uma estima de lugar potencializadora ou despotencializadora da ação desses sujeitos em sua implicação com o território.

Os resultados do estudo apresentam um cenário de prevalência de estima de lugar despotencializadora entre os moradores do território, com predominância da imagem afetiva de Contrastes nas manifestações das suas dinâmicas afetivas com relação ao território referenciado pelo CRAS Timbó.

Tais resultados apontam a necessidade de um processo de gestão de território que considere as potências e as dificuldades destacadas pelos moradores para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e dos riscos experimentados no seu lugar de moradia.

O território é o lugar privilegiado da expressão desses fatores, haja visto que é nele que se materializam as políticas públicas, bem como o cotidiano de seus moradores, seus trânsitos, suas buscas pela manutenção de suas condições materiais de vida e as relações que estabelecem entre si.

A partir da tecnologia social construída para a realização do estudo, verifica-se que a estratégia de levantamento e de interpretação de dados acerca dos territórios é possível de ser reproduzida em outros contextos e momentos, fundamentando a prática profissional de atores da PAS e de outras políticas que trabalhem de forma territorializada.

Concluo este estudo com a afirmação de que o alcance e bom funcionamento da PAS dependem de outras estratégias de territorialização que superem os dados oficiais e aproximem-se das pessoas em seu território vivido, dando conta dos seus cotidianos, suas aspirações, suas dificuldades, suas fortalezas, suas histórias e seus sonhos. Espero, com este trabalho e com minha participação na PAS de Maracanaú, ter colaborado para que alcancemos este horizonte.

REFERÊNCIAS

- ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. Psicología Ambiental: aspectos conceptuales y metodológicos. *In*: ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. (org.). **Psicología Ambiental**. Madrid: Pirámide, 2000. p. 23-29.
- AUGUSTO, D. M.; FEITOSA, M. Z. S.; BOMFIM, Z. A. C. A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 145-158, jun. 2016.
- BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.
- BOMFIM, Z. A. C. *et al.* Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. *In*: GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, A. (org.). **Urban Sustainability**: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoon Vicente Viqueira. 2014. p. 131-148.
- BOMFIM, Z. A. C. Afetividade como potência de ação para enfrentamento das vulnerabilidades. *In*: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (org.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015.
- BOMFIM, Z. A. C. *et al.* A afetividade no contexto universitário: a relação de apego entre professores, estudantes e servidores com o campus. *In*: HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; PATO, C. (org.). **Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2019. p. 86-115.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CARVALHO, G. F. **A Assistência Social no Brasil**: da caridade ao direito. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DANTAS, J. G. S. A Assistência Social no Brasil: da benemerência ao direito. **Socializando FVJ**, Aracati, ano 3, nº1, p. 105-113, 2016.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 63-69.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2008. Disponível em: <<http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2019.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao lugar. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 53-62.

FEITOSA, M. Z. S. *et al.* Afetividade, território e vulnerabilidade na relação pessoa-ambiente: um olhar ético-político. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 196-203, ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922018000200196&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 nov. 2019.

HELLER, A. **Teoría de los sentimientos**. Madrid: Editorial Fontamarcá, 1979.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; BOMFIM, Z. A. C. Cognição ambiental. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 105-121.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

IBGE. **Cidades. Maracanau-CE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maracanau/panorama>>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

JODELET, D. Répresentations Sociales: Phénomènes, Concept et Théorie. *In*: MOSCOVICI, S. **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense/Educ, 1994.

LHULLIER, L. A.; ROSLINDO, J. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. *In*: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LIMA, A. C. *et al.* **Diagnóstico-ação pelos mapas afetivos:** levantamento das dinâmicas afetivas dos trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú-CE. 2017.

LIMA, A. C. **Estima de lugar e território:** construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE. 2019. 92 f. TCC (graduação) - Curso de Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

LONARDONI, E. *et al.* O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jun. 2006.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad.** Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1998.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Perfil do Cadastro Único (2016).** Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2016

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Diagnóstico Socioterritorial de Maracanaú-CE (2017).** Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2018.

MARACANAÚ. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Plano Municipal de Educação Permanente (2018-2021).** Maracanaú: Prefeitura de Maracanaú, 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSER, G. Psicologia ambiental. **Estudos de psicologia**, jan-jun, ano/vol. 3, n. 1. UFRN, Natal. p. 121-130, 1998.

MOSER, G. Environmental psychology and people-environment studies: what kind of multidisciplinary collaboration? **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 131-140, 2005.

MOURÃO, A. R. T; BOMFIM, Z. A. C. Identidade social urbana. *In*: **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 217-226.

MOURÃO, A. R. T; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. *In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 208-216.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RHEIN, Juliany Siqueira. Impactos da contrarreforma universitária na formação profissional do assistente social: a compreensão dos alunos sobre a centralidade da pesquisa. **Anais do IV Seminário Cetros**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 281-291, maio 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-12939-08072013-172610.pdf>. Acesso em 22 nov. 2019.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-44, dez. 2006.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. 2009. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19032009-100357/publico/GTOASSA_Tese_2009.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

TONELI, M. J. F.; PERUCCHI, J. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 39-47, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 nov. 2019.

SAWAIA, B. B. Exclusão ou inclusão perversa? *In: SAWAIA, B. B. (org). As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

POSFÁCIO:

MAPAS PARA UM FUTURO COM MAIS SENTIDO: POR UMA ASSISTÊNCIA SOCIAL VINCULADA AO TERRITÓRIO

*Nara Maria Forte Diogo Rocha*³¹

A impressão que se tinha de Maracanaú à época era a de uma extensão da área metropolitana da capital. Seus bairros, (ou os de Fortaleza? Em muitas zonas não se sabia ao certo), díspares entre si. O cheiro do curtume extremamente incômodo informava que estávamos no Acaracuzinho. Ruas pequenas com bodegas caseiras e gradeadas, Novo Maracanaú. Mais burburinho, comércios de todo tipo, dentro de uma zona residencial: várias etapas do conjunto Jereissati. A Pajuçara e seu cheiro de frutas, CEASA³². Uma zona quase rural, casas mais espaçadas umas das outras, ruas largas. Uma zona mais distante de Fortaleza, onde crescem árvores antigas e frondosas, lugar de uma aldeia indígena: Santo Antônio do Pitaguary. A antiga colônia Antônio Justa, para onde eram enviados na década de 1950 os tísicos e leprosos, os contagiosos, aqueles que

31 Doutora em Educação Brasileira (2015) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com período sanduíche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal) com financiamento da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra em Psicologia (2005) pela UFC. Graduada em Psicologia (2002) pela UFC. Docente do Departamento de Psicologia da UFC (*campus* Fortaleza) na área de Psicologia do Desenvolvimento. Integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas (*campus* Sobral) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (*campus* Fortaleza) da UFC. Integra o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus). Pesquisadora das questões étnico-raciais relativas aos povos negros e indígenas em intersecção com dimensões de gênero e idade.

32 "CEASA é a sigla e denominação popular das centrais de abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado e em uma região". Disponível em <<https://www.ceasa-ce.com.br/acesso-a-informacao/#:~:text=0%20que%20%C3%A9%20CEASA%2Catacado%20e%20em%20uma%20regi%C3%A3o>>. Acesso em 7 fev. 2025.

deveriam ser isolados: bairro Antônio Justa. O conjunto industrial e suas empresas, com grandes portões e edificações estendendo-se por muitas quadras.

Qual a identidade dessa cidade? Onde ela se encontra? O que costura esses bairros? Ao contrário de todos os planejamentos, porém previsível por qualquer estudo rápido, as empresas solicitam mão de obra qualificada que vem de Fortaleza. No dia a dia, jovens e velhos, nas calçadas. As mulheres nas cozinhas, nas feiras locais, os homens nos bares. Cachorros, ônibus em ruas de asfalto. Movimento pendular. Quem trabalha em serviços precarizados muitas vezes volta pra casa muito tarde e sai muito cedo.

No início dos anos 2000, era nesse cenário que se pensava um modo de aproximar a gestão política da população. Como fazer com que prefeitura e moradores estivessem juntos, olhando para as questões que afligiam os moradores em seus cotidianos. A partir de um mapeamento de cada bairro, seus comércios, seus movimentos populares, suas igrejas e terreiros, seus equipamentos sociais, foram organizadas rodas de conversa com o prefeito em si e seus secretários, sem intermediários. A proximidade com esta figura, seu simbolismo, longe dos momentos de campanha, foi uma novidade. As lideranças locais políticas, vereadores, conselheiros tutelares, todos envolvidos numa escuta que facilitava a circulação da palavra, em um movimento de inspiração freiriana.

Fiz parte deste processo como estagiária de psicologia comunitária, adentrando estes espaços e tecendo redes que fortaleceram a construção do projeto político de trabalho e renda no qual me engajei como primeiro emprego e onde permaneci entre 2002 e 2004. A política pioneira de fornecer subsídios às indústrias para a contratação de jovens facilitando o primeiro emprego foi logo seguida por uma iniciativa nacional do primeiro governo do presidente Lula. Era um momento de crescimento, em que a transformação social parecia palpável, parecia estar acontecendo. Essas mudanças

motivaram minha pesquisa de mestrado realizada ao mesmo tempo em que era a psicóloga responsável por prestar Orientação Profissional no Sistema de Trabalho Renda de Maracanaú.

A pesquisa revelou as engrenagens e amarras do capitalismo, tão desiguais e injustas para homens e mulheres pobres. A entrada do jovem no chão da fábrica foi precedida pela demissão paterna, ficando a encargo do filho o sustento familiar. A jovem que recém iniciara sua vida familiar dedicava-se com afinco ao trabalho repetitivo e desgastante de acompanhar o ritmo de máquinas, desenvolvendo uma depressão. É preciso muito mais que inserir no emprego, é preciso que as condições de trabalho, de saúde, de lazer, de vida plena estejam presentes para que os direitos sejam assegurados. Para os trabalhadores da gestão, esse outro papel que ocupava, também não era fácil lidar com os constantes cortes que exigiam adaptações mutiladoras do que consideramos necessário para um bom acompanhamento. A busca era encontrar, como nos inspira Freire, o inédito viável, o possível ainda não experimentado.

Reencontrar essas pelejas nas palavras de Andie praticamente vinte anos depois é revisitar memórias de um Maracanaú transformado por essa busca de compreender melhor o chão no qual esses sonhos de uma vida melhor são plantados. É por meio do interesse dos profissionais que uma Andie também estagiária conhece a potência de pensar o território, seu simbolismo, a força do afeto e dos vínculos entre as pessoas e seus entornos. Uma política pública potente alimenta-se dessa raiz. É imprescindível contar com os aspectos subjetivos que compõem a realidade. A Assistência só alcança seus objetivos ao se compreender como ação territorializada, sendo o território espaço objetivo e subjetivo.

Em sua trajetória, Andie vincula-se a pessoas também inspiradoras e queridas, o que é esperado, visto nossos interesses em comum: as temáticas do pertencimento, da identidade, da relação humano-ambiente. Prof.^a Glória, Prof.^a Zulmira e Glauciane são

mulheres sensíveis e atentas ao seu redor, são tecelãs de outros mundos possíveis, no seu olhar além. Também aprendi com elas a olhar de perto as sementes do amanhã que encontro no trabalho de Andie e encontrar suas cintilâncias reforça a vizinhança dos nossos passos. Somos andarilhas e suspeitamos que há ainda muito que pode ser e que aguarda condições para se manifestar.

Encontro no texto de Andie um documento do futuro. Nesse futuro persistem dificuldades que permanecem pelos modos de vida que desenraizam, expropriam e drenam a capacidade vital em repetições inócuas. As trabalhadoras da Assistência não desejam o destino de Sísifo, e para isso buscam, na investigação das dinâmicas afetivas, a gravidade que mantém as pedras rolando para o mesmo lugar. O desafio de deslocar a intenção de trazer a população para dentro dos muros do equipamento, para que esse equipamento capilarize-se, enraíze-se, derrame-se neste território alcançando aqueles cujos vínculos estão rompidos ou prestes a se romper. Toda vida precisa de vínculo, e é nessas feridas que incide a Assistência.

Feridas vinculares, tecidas num lugar, neste mesmo lugar que guarda também a potência dos reencontros, dos recomeços, da vida nova que pode surgir. Como nos ensina a natureza sertaneja: apenas algumas gotas para tudo verdejar. Essas gotas podem ser essas perguntas sobre como nos sentimos quando estamos onde estamos, com quem estamos, tecendo nossos futuros. Andie ensina-nos a operar uma metodologia que abre esses espaços, através de perguntas que arejam e animam a expressão. Assim as trabalhadoras da Assistência podem, na consciência dos limites impostos pela dureza das informações objetivas a alimentarem os sistemas, encontrar sentido.

SOBRE A AUTORA

Andie de Castro Lima é bacharela em Psicologia com ênfase em Processos Psicossociais e Construção da Realidade pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e psicóloga (CRP-11/15518). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Master Business Administration (MBA) em Gestão de Instituições Públicas pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Mestra e doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP-UFC), no qual integra a linha "Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais". É membro do Locus - Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da UFC, atuando na linha de pesquisa "Psicologia Ambiental, Afetividade e Políticas Públicas". Tem interesse em Psicologia Social, Psicologia Histórico-Cultural/Psicologia Sócio-Histórica, Psicologia Ambiental, Políticas Públicas e Direitos Humanos.

www.PIMENTACULTURAL.com

MAPAS AFETIVOS

tecnologia social
para a gestão territorial
em Assistência Social